

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. ("JBS" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível Novo Mercado da B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código "JBSS3", e no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (ADR nível I) sob o código "JBSAY". A sede da Companhia é localizada na Avenida Marginal Direita do Tiete, 500, Vila Jaguara, São Paulo, Brasil.

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2018.

A JBS e suas controladas ("Companhia" ou "Consolidado") é líder global por faturamento no processamento de proteína animal.

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais da JBS no Brasil, as atividades das suas controladas. A seguir, é apresentado o quadro resumo por entidade das principais atividades operacionais e o percentual de participação detido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Na Controladora:

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado
JBS S.A. (JBS, Controladora)	<ul style="list-style-type: none"> - Processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e produção de conservas e subprodutos derivados de carnes. - Industrialização, beneficiamento e comercialização de couros. - Produção e comercialização de latas de aço, resinas plásticas, massa base para produção de sabão e sabonete, sabão e sabonete em barra, biodiesel, glicerina, oleína, ácido graxo, colágeno e envoltório derivado de tripa bovina; gerenciamento de resíduos industriais; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; operações próprias de transporte; prestação de serviço de industrialização de biscoito para cães; venda direta ao consumidor de carnes e itens correlatos através de lojas denominadas "Mercado da Carne"; produção, cogeração e comercialização de energia elétrica. - Centros de distribuição e terminais portuários. 	80	AC, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, RS, SC, SP, TO

No Consolidado: Principais atividades no Brasil

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado	Participação	31.12.17	31.12.16
Seara Alimentos Ltda. (Seara Alimentos)	<ul style="list-style-type: none"> - Processamento de aves e suínos: criação e abate; industrialização e comercialização de carnes e produtos alimentícios; e fabricação de rações e concentrados. - Centros de distribuição, serviços de transporte e terminais portuários. 	55	BA, CE, DF, MG, MS, MT, PE, PR, RJ, RN, RS, SC e SP	Direta	100%	100%
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda. (Meat Snacks)	- Fabricação de Beef Jerky.	2	SP	Indireta	50%	50%
Enersea Comercializadora de Energia Ltda. (Enersea)	- Comercialização de energia.	2	SC e SP	Direta	99,99%	99,99%
JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento)	- Prestação de serviço de engorda de bovinos.	6	SP, GO, MS e MT	Direta	100%	100%
Brazservice Wet Leather S.A. (Brazservice)	- Industrialização, beneficiamento e comercialização de couro wet blue.	1	MT	Direta	100%	100%

No Consolidado: Principais atividades no exterior

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	País	Participação	31.12.17	31.12.16
JBS USA Holding Lux, S.à.r.l. (JBS USA)	<ul style="list-style-type: none"> - Processamento de bovinos, suínos e ovinos: abate, frigorificação, industrialização e subprodutos derivados. - Processamento de aves: criação, abate, industrialização e comercialização de produtos alimentícios. - Prestação de serviço de engorda de bovinos. - Serviços de transporte. 	249	Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, Holanda, Luxemburgo, México e Reino Unido	Indireta	100%	100%
JBS Global UK, Friboi (JBS Global UK)	- Trading de produtos "in natura" e processados de carne bovina, suína, ovina e frango para venda na União Européia.	1	Reino Unido	Indireta	100%	100%
JBS Toledo NV (Toledo)	- Trading para o mercado europeu, comercialização de carne cozida congelada, operações de logística, armazenagem.	1	Bélgica	Indireta	100%	100%
Rigamonti Salumificio S.p.A (Rigamonti)	- Produção e venda de Bresaola.	3	Itália	Direta	100%	100%
Conceria Priante S.R.L. (Priante)	- Industrialização de couro semi acabado e acabado.	4	Itália	Direta	100%	100%
JBS Leather International (Leather International)	- Industrialização de couros wet blue, semi acabado e acabado.	18	Alemanha, Argentina, Holanda, Hong Kong, Uruguai e Paraguai	Direta	100%	100%
Seara Holding Europe B.V. (Seara Holding)	- Trading de produtos derivados de proteína animal.	4	Holanda	Indireta	100%	100%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2 Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados. Adicionalmente, a J&F comprometeu-se a reparar danos e prejuízos decorrentes dos fatos relacionados no âmbito dos Acordos de Colaboração Premiada, mediante o pagamento de R\$10,3 bilhões ao longo dos próximos 25 anos, sendo R\$50 milhões em 5 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, nos termos e condições estabelecidos no Acordo de Leniência. A Companhia, e suas controladas brasileiras celebraram em 06 de setembro de 2017 termo de adesão ao Acordo de Leniência.

A Companhia, em razão de sua adesão ao Acordo na abrangência do território nacional (Brasil), por manter transações mercantis e possuir investimentos em empresas com sede em outros países, está mantendo contato e fornecendo informações ao Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos, com relação ao andamento das investigações independentes que estão sendo conduzidas espontaneamente na JBS USA e suas controladas relevantes. Sobre as demais autoridades estrangeiras em outros países a Companhia e suas controladas não mantêm em curso qualquer negociação de acordo. Assim, conforme demonstrações contábeis da JBS USA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, revisadas por outros auditores independentes, com parecer de auditoria sem modificação datado de 19 de fevereiro de 2018 e com atualização de eventos subsequentes até a presente data, não há qualquer menção sobre outros fatos ou eventos sobre as investigações independentes em andamento, distintos daqueles já comentados anteriormente.

A Companhia e suas subsidiárias estão cumprindo as diretrizes estabelecidas no Acordo e estão implementando um programa de integridade, constituído de políticas internas e procedimentos relacionados a integridade e anticorrupção, bem como o aperfeiçoamento do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares. Tais medidas e o seu respectivo cronograma, encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo. Mais informações sobre as Medidas de Governança e Programa de Compliance estão apresentados a seguir:

2.1 Investigações internas independentes

A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados à Companhia relatados nos acordos de colaboração premiada é uma das obrigações impostas no Acordo. Nesse sentido, a J&F contratou, em favor da Companhia e suas subsidiárias escritório de advocacia independente e especialistas em perícia forense ("Assessores Legais"), os quais iniciaram no terceiro trimestre do ano de 2017 uma investigação interna independente relacionada aos fatos antes mencionados.

Ainda conforme determinação imposta pelo Acordo, foi constituído Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") cuja função primordial, dentre outras, consiste em aprovar a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê, inclusive no que diz respeito a seu escopo e planos de trabalho.

As investigações internas independentes seguem as melhores práticas internacionais e ainda estão em andamento. A Administração da Companhia com base nos procedimentos analíticos por ela adotados até o presente momento, identificou os impactos em suas demonstrações contábeis, conforme apresentado a seguir.

2.2 Impactos contábeis apurados

Quando da divulgação anual das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e na divulgação das demonstrações intermediárias do primeiro trimestre de 2017, exceto pelos executivos e Administradores que celebraram acordo de colaboração premiada, os demais membros da Administração da Companhia não tinham conhecimento das referidas colaborações premiadas, bem como dos eventuais efeitos nas demonstrações contábeis e demonstrações intermediárias divulgadas. Por esse motivo não houve menção nas demonstrações contábeis divulgadas àquela época.

A Administração da Companhia identificou que determinados pagamentos realizados com recursos da JBS, haviam sido reconhecidos como parte de suas despesas dentro de cada exercício de competência, e que com exceção das doações oficiais, foram considerados dedutíveis para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL).

Diante do exposto, a Administração da Companhia determinou que as despesas pagas sem a efetiva prestação de serviços, entrega de insumos e doações a partidos políticos, fossem imediatamente excluídas de forma permanente da base de cálculo do IR e da CSLL dos respectivos exercícios em que fossem considerados como dedutíveis. Para estas despesas, também foram considerados os eventuais efeitos relacionados ao IRRF, bem como de outros eventuais tributos a que tais pagamentos estejam sujeitos, incluindo eventuais multas e juros desde essa época.

Como resultado dessas análises internas, a Companhia identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2017 no montante de R\$1.496.960, sendo i) R\$246.137 referente ao exercício de 2012; ii) R\$27.330 referente ao exercício de 2013; iii) R\$775.279 referente ao exercício de 2014; iv) R\$268.107 referente ao exercício de 2015; v) R\$145.555 referente ao exercício de 2016 e vi) R\$34.552 referente ao exercício de 2017, registrado como provisão para contingências fiscais, vide nota explicativa 24.

Assim, as demonstrações contábeis de 2016, bem como as demonstrações intermediárias do primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2017, serão reapresentadas devido a materialidades de tais impactos, conforme demonstrado na nota explicativa 3 - Base de elaboração e apresentação, item k.

2.3 Demais procedimentos investigatórios e judiciais relacionados

Os procedimentos investigatórios e judiciais relacionados ao Acordo de Colaboração Premiada da J&F envolvendo a Companhia, seus executivos, e/ou suas subsidiárias, estão sendo apresentados na nota 24 - Provisão para riscos processuais.

2.4 Medidas de Governança

A Companhia continua, permanentemente, trabalhando em seu programa de melhoria em regras de governança corporativa. Com efeito, destacam-se, dentre elas, as seguintes medidas implementadas pela Companhia ao longo do último trimestre.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O Conselho de Administração aprovou a nova estrutura e composição dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, tendo em vista a composição do Conselho de Administração e o momento atual da Companhia. A estrutura aprovada pelo Conselho de Administração, (a) extinguiu o Comitê Executivo; e (b) manteve os demais Comitês com as seguintes composições:

- (i) o Comitê de Auditoria é composto por Sérgio Roberto Waldrich (Presidente), Paulo Sérgio Dortas e Gilberto Meirelles Xandó Batista, tendo Marlos Franco de Oliveira como secretário;
- (ii) o Comitê de Sustentabilidade é composto por Norberto Fatio (Presidente), Renato Mauro de Menezes Costa, Renata Bezerra Cavalcanti, Gilberto Tomazoni e Joanita Maestri Karoleski, tendo Márcio Nappo como secretário;
- (iii) o Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos é composto por Wesley Mendonça Batista Filho (Presidente) e Gilberto Meirelles Xandó Batista, sendo que um Conselheiro será indicado pelo BNDESPAR na forma do Acordo de Acionistas, tendo Rafael Harada como secretário;
- (iv) o Comitê de Governança é composto por Jeremiah O'Callaghan (Presidente) e Verônica Peixoto Coelho, tendo José Marcelo Martins Proença como secretário; e
- (v) o Comitê de Partes Relacionadas é composto por Sérgio Roberto Waldrich (Presidente), Paulo Sérgio Dortas e José Gerardo Grossi, tendo Daniel Pereira de Almeida Araujo como secretário.

Além disso, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os regimentos internos de todos os Comitês de Assessoramento.

O Conselho de Administração mantém-se com a seguinte composição: Jeremiah O'Callaghan (Presidente), José Batista Sobrinho (Vice-Presidente), Aguinaldo Gomes Ramos Filho, Wesley Mendonça Batista Filho, Gilberto Meirelles Xandó Baptista, José Gerardo Grossi, Sérgio Roberto Waldrich, Cledorvino Belini e Roberto Penteado de Camargo Ticoulat, permanecendo com quatro conselheiros que preenchem os critérios de independência previstos no regulamento do Novo Mercado e definidos no art. 16, §3º, do Estatuto Social.

2.5 Programa de Compliance

A Companhia, seguindo o programa "Faça Sempre o Certo" lançado em julho de 2017, avançou com diversas iniciativas de Compliance ao longo do ano. A área foi reestruturada, com a contratação de novos colaboradores e seu reporte alterado, passando a responder diretamente ao Conselho de Administração.

No final de setembro, finalizou o treinamento com toda a diretoria no Brasil em temas como Anticorrupção, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Práticas Anticoncorrenciais, Conflitos de Interesse, dentre outros. A nível gerencial, foram treinados em torno de 300 (trezentos) gestores de plantas produtivas nos mesmos temas.

Além disso o processo de Due Diligence de terceiros (análise reputacional) foi aprimorado e mais de 150 fornecedores foram submetidos à análise de Compliance antes de serem cadastrados nos sistemas da Companhia. Atualmente, existe projeto em andamento junto a uma consultoria de renome no mercado para revisão desta metodologia e automatização/robotização destas análises, visando absorver um maior número de parceiros que passarão obrigatoriamente por este processo.

Em dezembro de 2017 foi lançado o novo canal de denúncias da JBS, chamado "Linha Ética JBS". A ferramenta passou a ser terceirizada e conta com atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, em português, inglês e espanhol. Em conjunto e em complemento a esta nova ferramenta foram criados Comitês de Ética em cada unidade de negócio no Brasil, responsáveis pelo monitoramento do programa de compliance e pelas deliberações acerca dos relatos reportados via canal de denúncias.

3 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidada".

A elaboração das demonstrações contábeis exigem que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os ativos e passivos que estão sujeitos a essas estimativas compreendem a: vida útil do imobilizado, valor estimado de recuperação de ativos de longo prazo, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisões de obrigações fiscais, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos), e outras estimativas similares referente a escolha de taxas de juros e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação de uma transação envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido à possível falta de precisão inerente ao processo. Algumas de nossas políticas contábeis exigem graus mais elevados de julgamento do que outros em sua aplicação. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela administração.

As políticas contábeis relacionadas ao imobilizado, estoques, reconhecimento de receita, segmentos operacionais, empréstimos e demais itens são descritos nas demonstrações contábeis.

A fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

a. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ativo e de ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou as aquisições da Plumrose e GNP, conforme nota 4, que geraram ativo de rentabilidade futura e ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

De acordo com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) 3 "Combinações de Negócios", o excesso pago da contraprestação, o valor de qualquer participação minoritária na adquirida (quando aplicável) e o valor justo, data da aquisição, de qualquer participação detida na adquirida sobre o valor justo líquido do ativo identificável adquirido nessa data é registrada como ativo. O preço de aquisição consiste no caixa pago, o valor justo do capital e o valor justo da contraprestação contingente. O IFRS3 não permite que em uma combinação de negócio, o ativo de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente.

A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

Os ativos e passivos são inicialmente registrados em nossa melhor estimativa de valor justo. Usualmente são contratados avaliadores terceiros para auxiliar na avaliação dos ativos e passivos adquiridos. Quando terceiros estão envolvidos no desenvolvimento dessas estimativas, a Administração avalia a adequação das premissas significativas utilizadas nas estimativas de avaliação, o que muitas vezes envolve um processo iterativo com os avaliadores. Também são avaliadas as qualificações e a reputação dos avaliadores e a razoabilidade das premissas do valor justo global através da comparação com outras aquisições. Através deste processo, são obtidas informações suficientes para verificar se as metodologias de avaliação utilizadas estão em conformidade com a IFRS 13 "Mensuração do Valor Justo".



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As estimativas do valor justo de ativos adquiridos e dos passivos assumidos são ajustadas durante o período de mensuração (que não deve exceder um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos são reconhecidos refletindo novos fatos e circunstâncias existentes após a data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos. Estes ajustes não são frequentes e historicamente, não foram significativos.

Nos testes de impairment, os ativos são segregados em grupos que geram entradas de caixa, que são em sua maioria independentes das entradas de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGC). O ágio gerado devido a uma combinação de negócios é alocado em uma UGC ou grupos de UGC, as quais se esperam benefício entre sinergias da combinação.

As UGC(s) tem seu valor recuperável testado anualmente, ou sempre que haja eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Os grupos de UGC que contêm ágio tem seu valor recuperável testado anualmente e sempre que eventos e circunstâncias indicarem que o valor recuperável pode ser menor que o valor contábil. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos o custo de venda ou o valor em uso. A Companhia estima, em primeiro lugar, o valor em uso das UGC e, se for menor que o valor contábil, a Companhia estimará o valor justo menos o custo de venda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nossas estimativas do valor em uso dos grupos da UGC excederam seus valores contábeis e, portanto, não foram determinadas as estimativas de valor justo menos custo de venda. Nossas estimativas de valor em uso envolvem a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos demonstradas na nota 15. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

b. Ativos biológicos

A Companhia utiliza-se de estimativas e julgamentos para determinar o valor justo dos ativos biológicos, tais como valor de mercado, ciclo de vida médio, período de postura de ovos, e de reprodução. Os ativos biológicos são avaliados a custo a menos que exista um mercado ativo. Os ativos biológicos consumíveis (animais para abate) e para produção (matrizes) estão avaliados pelo seu valor justo, sendo aplicada a técnica de abordagem de custo aos animais vivos. Na apuração do valor justo dos animais vivos já estão computadas todas as perdas inerentes ao processo de criação.

c. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. No consolidado, o imposto de renda é estimado em conformidade com os regulamentos de diversas jurisdições onde conduzimos nossos negócios, o que requer estimar a posição fiscal atual e avaliar as diferenças temporárias que resultam na diferença entre o tratamento diferente de determinados itens para fins tributários e contábeis.

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais pode não ser reconhecida uma vez que a Administração não consiga determinar com segurança que a realização seja provável podendo ser reconhecida quando houver mudança de cenário. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. A utilização de prejuízos fiscais em outras jurisdições expira entre 10 e 20 anos.

Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

O valor contábil de um ativo diferido é revisado anualmente no final do exercício. Reduzimos o valor contábil de um ativo fiscal diferido quando não é provável que existam lucros tributáveis suficientes para permitir que parte ou todo benefício do ativo diferido seja utilizado. A redução é revertida quando provável que existam lucros tributáveis suficientes. Impostos correntes e diferidos são demonstrados na nota 23.

d. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize-se de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração utilize-se de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia está sujeita a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível mas não provável. Perdas avaliadas como possível são demonstradas em nossas notas explicativas nas demonstrações contábeis. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida. Demonstramos nossas contingências significativas na nota 24.

e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação atribuído a transação, ou aquisição, do ativo ou passivo financeiro. A remensuração dos ativos e passivos financeiros ocorre no final de cada período de acordo com a classificação de cada ativo ou passivo financeiro, que são classificados, conforme segue: (1) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (2) empréstimos concedidos e recebíveis; (3) passivos pelo custo amortizado; e (4) instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não designou nenhum derivativo como *hedge* de fluxo de caixa, e portanto, todo o ajuste de valor justo é reconhecido no resultado do período.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos concedidos e recebíveis: Empréstimos concedidos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros pelo custo amortizado: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: De acordo com uma política de gerenciamento de risco do grupo, a Companhia contrata ou vende instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities,

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros. Estes instrumentos financeiros são registrados apenas a partir do momento em que a Companhia se torne parte das disposições contratuais dos instrumentos. Derivativos são mensurados inicialmente a valor justo e, qualquer custo incorrido de transação diretamente atribuído ao mesmo, é registrado no resultado do período. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria, com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Os montantes classificados nas demonstrações de fluxo de caixa e demonstração do resultado do exercício são consistentes com a natureza do instrumento. A maioria dos ganhos e perdas relativos a proteção anterior da Companhia de celebrar contratos de derivativos para proteger a Companhia contra a desvalorização do Real, foram registrados como um componente da receita (despesa) financeira, conforme demonstrado na Nota 27.

Em conjunto com os ativos e passivos financeiros não-derivativos, os derivativos são apresentados líquidos nas demonstrações contábeis quando a Companhia possui o direito de apresentá-los líquidos e pretende liquidá-los da mesma forma ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente. Caso estes critérios não sejam atendidos, os instrumentos financeiros são apresentados em valor bruto nas demonstrações contábeis. Usualmente, os nossos contratos com as partes especificam que os derivativos serão liquidados em montantes líquidos. Não existem saldos materiais que não atendem a esses critérios. Derivativos ativos e passivos, por tipo de contrato, são apresentados na nota 32.

f. Conversão de moeda estrangeira**Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sobre a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas".

g. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

h. Demonstrações contábeis consolidadas e investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

A Companhia consolida todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando assume os riscos e benefícios ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital".

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de realização e liquidação; e iii) a taxa de desconto.

j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC

A seguir são apresentadas as alterações de normas existentes que foram publicadas e serão obrigatórias para os períodos subsequentes, ou seja, iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não irá aplicar a adoção antecipada destas normas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Substitui as orientações existentes e inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge; e, mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia entende que as novas orientações não trarão impactos significativos na mensuração dos seus ativos financeiros. No que se refere a divulgação, os principais impactos estão na classificação dos ativos e passivos financeiros, sendo que a nova norma exclui a categoria de Empréstimos e Recebíveis onde atualmente são classificados caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e créditos com empresas ligadas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia optou pela adoção do expediente prático da matriz de provisões por vencimentos proposta no parágrafo B5.5.35 do IFRS 9 com os agrupamentos apropriados de suas carteiras e o impacto da nova política mensurado pela Companhia não representou alteração do saldo da PECLD ora constituída.

Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

Na referida avaliação, a forma de mensuração e de reconhecimento das receitas, das bonificações, dos descontos e das devoluções, bem como as políticas e processos, não sofreram alterações substanciais.

IFRS 16 - Arrendamento mercantil: Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019). A norma irá impactar o registro dos arrendamentos operacionais em aberto conforme nota 18.a. Arrendamentos operacionais. Até o momento, a Companhia não determinou quais desses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto em sua demonstração de fluxo de caixa e, resultado.

IFRIC 22 – Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos: Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

k. Reapresentação das demonstrações contábeis

Devidos aos impactos identificados em decorrência do exposto na nota explicativa 2, a Companhia está reapresentando para fins de comparabilidade os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o CPC 23 e o seu correspondente IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros.

Os impactos desses ajustes nas respectivas demonstrações estão a seguir apresentados:

Controladora

PASSIVO	Anteriormente Apresentado		Ajustes		Ref	Reapresentado	
	31.12.16	01.01.16	31.12.16	01.01.16		31.12.16	01.01.16
PASSIVO - NÃO CIRCULANTE	16.337.209	17.228.276	1.397.375	1.254.965		17.734.584	18.483.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.935.493	1.893.861	(65.032)	(61.888)	(b)	1.870.461	1.831.973
Provisão para riscos processuais	222.407	197.100	1.462.407	1.316.853	(a)	1.684.814	1.513.953
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Reserva de lucros	5.045.937	4.756.937	(1.397.375)	(1.254.965)	(c)	3.648.562	3.501.972
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.800.213	65.563.143				55.800.213	65.563.143

RESULTADO	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Ref	Reapresentado
	31.12.16	31.12.16		31.12.16
Administrativas e gerais	(2.034.632)	(145.555)	(a)	(2.180.187)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(91.723)	3.144	(b)	(88.579)

FLUXO DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Ref	Reapresentado
	31.12.16	31.12.16		31.12.16
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	375.973	(142.411)	(c)	233.562
Imposto de renda e contribuição social	(852.071)	(3.144)	(b)	(855.215)
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência	-	145.555	(a)	145.555
Atividades operacionais	179.408			179.408
Transações com partes relacionadas	247.687	(869.277)	(d)	(621.590)
Atividades de investimentos	279.199	(869.277)		(590.078)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(13.299.704)	869.277	(d)	(12.430.427)
Atividades de financiamento	(6.951.407)	869.277		(6.082.130)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Ref	Reapresentado
	31.12.16	31.12.16		31.12.16
Federais	(991.518)	142.411	(c)	(849.107)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	286.618	(142.410)	(c)	144.208
Valor adicionado total distribuído	11.155.748	-		11.155.748

Consolidado

PASSIVO	Anteriormente Apresentado		Ajustes		Ref	Reapresentado	
	31.12.16	01.01.16	31.12.16	01.01.16		31.12.16	01.01.16
PASSIVO - NÃO CIRCULANTE	44.552.512	52.744.122	1.397.375	1.254.964		45.949.887	53.999.087
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.828.080	4.310.495	(65.032)	(61.888)	(b)	3.763.048	4.248.607
Provisão para riscos processuais	1.245.239	1.533.100	1.462.407	1.316.853	(a)	2.707.646	2.849.953
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Reserva de lucros	5.045.937	4.756.936	(1.397.375)	(1.254.965)	(c)	3.648.562	3.501.971
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.815.763	122.502.967				102.815.763	122.502.967

RESULTADO	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Ref	Reapresentado
	31.12.16	31.12.16		31.12.16
Administrativas e gerais	(4.861.263)	(145.555)	(a)	(5.006.818)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	557.937	3.144	(b)	561.081

FLUXO DE CAIXA	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Ref	Reapresentado
	31.12.16	31.12.16		31.12.16
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	707.498	(142.411)	(c)	565.087
Imposto de renda e contribuição social	(271.118)	(3.144)	(b)	(274.262)
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência	-	145.555	(a)	145.555
Atividades operacionais	3.667.395	-		3.667.395

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Ref	Reapresentado
	31.12.16	31.12.16		31.12.16
Federais	131.208	142.411	(c)	273.619
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	286.619	(142.411)	(c)	144.208
Valor adicionado total distribuído	34.408.915	-		34.408.915

(a) Provisões de IR, CSSL e IRRF, apuradas com base no tratamento legal das despesas pagas sem a efetiva prestação de serviços e compra de insumos, acrescidos de juros e multas legais desde a data do efetivo pagamento das referidas despesas.

(b) Ajuste correspondente às diferenças temporárias oriundos dos efeitos contábeis do IR, CSSL, IRRF e respectivos juros.

(c) Ajuste correspondente à contrapartida dos ajustes descritos nos itens (a) e (b) apresentados acima.

(d) Pagamento de empréstimos com liquidação de partes relacionadas.

Por orientações dos assessores jurídicos da Companhia, as referidas provisões de IR, CSSL e IRRF estão registrados na rubrica "Provisões para riscos processuais - Fiscais e previdenciários", como contingência, com risco de perda provável.

4 Combinações de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de barganha'.

A Companhia, e as suas subsidiárias conforme indicado, realizaram as seguintes combinações de negócios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017. Não houve



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

nenhuma combinação de negócios relevante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em janeiro de 2017, a subsidiária indireta da Companhia, PPC, adquiriu 100% da participação acionária da empresa JFC LLC e suas subsidiárias (Grupo GNP) pelo montante de aproximadamente R\$1,1 bilhões (US\$357 milhões) sujeito a ajustes de capital de giro. O Grupo GNP é um negócio de aves integrado verticalmente, sediado no estado de Minnesota, Estados Unidos da América. O negócio adquirido tem uma capacidade de produção de 2,1 milhões de aves por semana em suas três fábricas e fortalece ainda mais a posição estratégica da Companhia no mercado norte-americano de frango. O ágio gerado nesta combinação de negócio é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

Em março de 2017 a JBS USA, subsidiária da Companhia, entrou em acordo para a aquisição da totalidade das ações da Plumrose USA, Inc., constituída sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América ("Plumrose"), com ativos localizados em diversos estados dos Estados Unidos da América, constituídos por 5 unidades de produção e 2 centros de distribuição, focados na produção de bacon, presunto e outros produtos processados relacionados, de modo a adquirir todo o negócio da Plumrose nos Estados Unidos da América pelo valor de R\$731 milhões (US\$230 milhões). A aquisição da Plumrose dá continuidade à estratégia da JBS de expandir o seu portfólio de produtos preparados, de alto valor agregado e com marca, e fortalece a sua base de clientes e distribuição geográfica nos Estados Unidos. Sua aquisição foi concluída em 1 de maio de 2017. O ágio gerado nesta combinação de negócio não é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos nessas combinações de negócio foram mensurados pelos seus valores justos, conforme estabelecido abaixo:

VALOR JUSTO	Plumrose	GNP
Caixa e equivalentes de caixa	22	31
Contas a receber de clientes	88.081	57.703
Estoques	143.848	96.906
Ativos biológicos	-	79.643
Outros ativos	449	13.268
Imobilizado	416.467	450.720
Intangível	136.252	410.012
ATIVO	785.119	1.108.283
Fornecedores	96.339	80.186
Outros passivos	15.381	42.102
Impostos correntes e diferidos	83.283	-
PASSIVO	195.003	122.288
Ativos e passivos líquidos	590.116	985.995
Preço de aquisição	731.263	1.117.127
Ágio gerado na operação	141.147	131.132

São apresentados abaixo a receita líquida e lucro líquido na data de aquisição até o final de cada exercício, para a aquisição abaixo:

Companhia	2017	
	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
GNP	1.405.093	99.146
Plumrose	1.042.353	42.198

Informações pro-forma:

As receitas líquidas e lucros líquidos apresentados como pro-forma, baseados nas aquisições ocorridas no início do exercício de cada aquisição, são demonstrados abaixo:

	2017	2016
Receita líquida pro-forma	517.718	n/a
Lucro líquido pro-forma	(9.376)	n/a

As informações pro-forma apresentadas acima não possuem finalidade de representar os resultados da Companhia caso a conclusão das aquisições tivessem ocorrido na data do exercício corrente, assim como não indica resultados esperados em exercícios futuros, sendo apenas demonstrada para fins informativos.

Outras transações:

Conforme definido abaixo, a Companhia concluiu outras aquisições imateriais. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos tangíveis líquidos e ativos intangíveis identificáveis foi registrado como ágio.

Companhia	Data de aquisição	Percentual (%) adquirido	Preço de aquisição ⁽¹⁾	Ágio	Ágio dedutível para fins fiscais
Scott Technology Limited	Abril 2016	50,1%	124.229	105.294	Não

⁽¹⁾ - Preço de aquisição: As aquisições são pagas com caixa e equivalentes de caixa.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de curto prazo, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa consistem em:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Caixa e bancos	1.074.718	2.024.404	5.884.806	5.608.922
CDB e títulos públicos	1.064.084	2.688.392	5.856.502	3.746.700
	2.138.802	4.712.796	11.741.308	9.355.622

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. No consolidado incluem aplicações financeiras similares aos CDB's com rendimentos fixos.

Títulos públicos – Tesouro Selic – Correspondem a títulos adquiridos com instituições financeiras, cujas condições e características são similares aos CDB's.

6 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. O aging do contas a receber assim como a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Duplicatas a vencer	2.030.682	2.438.141	7.705.162	8.415.098
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	166.265	167.629	1.185.345	791.597
De 31 a 60 dias	22.685	179.443	172.242	270.548
De 61 a 90 dias	57.566	31.686	121.615	97.132
Acima de 90 dias	219.569	75.693	477.294	267.754
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(191.163)	(119.859)	(324.570)	(238.084)
Ajuste a valor presente - AVP	(2.691)	(5.078)	(3.797)	(14.860)
	272.231	329.514	1.628.129	1.174.087
	2.302.913	2.767.655	9.333.291	9.589.185

No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análises das operações dos clientes, assim como referências a entidades de monitoramento de crédito.

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do "aging list". Uma provisão é registrada para itens de longa data e duplicatas vencidas, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Saldo inicial	(119.859)	(114.962)	(238.084)	(266.733)
Adições	(88.210)	(13.148)	(126.900)	(30.985)
Variação Cambial	-	-	(3.183)	19.459
Baixas	16.906	8.251	41.880	40.175
Ativos disponíveis para venda	-	-	1.717	-
Saldo final	(191.163)	(119.859)	(324.570)	(238.084)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

7 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no princípio do primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS). No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. Os ativos biológicos são transferidos para o estoque no momento do abate, com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico ou o valor de mercado, dependendo das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 8.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Produtos acabados	1.080.588	953.077	5.974.007	5.741.792
Produtos em processo	422.025	379.173	938.354	810.131
Matéria-prima	171.436	166.132	1.136.595	1.376.927
Almoxarifado	149.591	175.119	1.635.922	1.679.624
	1.823.640	1.673.501	9.684.878	9.608.474

8 Ativos biológicos

Os animais vivos são representados por bovinos, aves e suínos e segregados em consumíveis e animais para produção. Os animais para abate são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção (matrizes e suínos) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros.

Aves e ovos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a aves destinadas ao abate após período de maturação. As aves permanecem em desenvolvimento durante um período de 30 a 48 dias para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. Devido ao curto período de desenvolvimento das aves, não é possível mensurar o valor justo confiavelmente assim os mesmos são reconhecidos pelos seus custos de aquisição mais a absorção de custos acumulados durante o desenvolvimento que geralmente consistem em gastos com alimentação e cultivo das aves.

Não circulantes (para reprodução) - Referente a matrizes de aves destinadas a reprodução e tem sua vida útil estimada em 68 semanas. Os animais nessa categoria são segregados em maduros, animais já em estágio de reprodução, e imaturos, pois estão em desenvolvimento. Os custos associados as matrizes são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (ovos). Não existe mercado ativo para as matrizes. A amortização de uma ave madura é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Bovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), gado bovino a pasto (extensivo) que permanece em desenvolvimento por um período de 90 a 120 dias. A valorização é reconhecida através do valor de mercado de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos, é reconhecido no resultado no período em que ocorre como uma redução (ou aumento) na receita bruta.

Suínos e Ovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a suínos e ovinos destinados a abate após o período de maturação. Os suínos e ovinos permanecem em período de maturação de 170 a 175 dias, para a produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. O valor justo desses ativos biológicos no Brasil é mensurado a custo devido a não existência de mercados ativos, e seus custos são reconhecidos pelos seus custos de aquisição mais a absorção de custos acumulados incorridos durante seu período de desenvolvimento. Nos Estados Unidos, os suínos que estão nesta categoria são registrados, de forma confiável, a valor de mercado devido a existência de mercados ativos, e reconhecidos pelo seu preço de mercado menos custos.

Não circulantes (para reprodução) - Referente a suínos que são destinados à reprodução, que tem vida útil estimada de 28 meses. Os custos associados a suínos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (suínos). Não existe mercado ativo para suínos destinados à reprodução. A amortização de um suíno é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos são classificados como "Nível 2", dentre a hierarquia do valor justo. Refere-se a nota 32 para informações sobre a hierarquia do valor justo.

Ativos biológicos circulantes (consumíveis):	Consolidado			
	31.12.17		31.12.16	
	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
Avaliados a custo:				
Aves e ovos	1.476.403	539.900	1.418.111	537.603
Suínos	566.968	2.787	621.229	2.815
	2.043.371	542.687	2.039.340	540.418
Avaliados a mercado:				
Suínos	689.830	2.010	583.522	1.852
Bovinos	34.049	14	50.251	19
	723.879	2.024	633.773	1.871
Total circulante:				
Aves e ovos	1.476.403	539.900	1.418.111	537.603
Suínos	1.256.798	4.797	1.204.751	4.667
Bovinos	34.049	14	50.251	19
	2.767.250	544.711	2.673.113	542.289

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ativos biológicos não circulantes (para produção):	Consolidado			
	31.12.17		31.12.16	
	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
Avaliados a custo:				
Aves maduras (em reprodução) e ovos	418.212	21.919	421.583	20.427
Aves imaturas (em desenvolvimento) e ovos	399.398	15.712	382.429	15.684
Suínos	150.151	388	173.028	399
Total não circulante:	967.761	38.019	977.040	36.510
Total dos ativos biológicos:	3.735.011	582.730	3.650.153	578.799

Movimentação do ativo biológico:	Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.673.113	977.040
Aumento por reprodução (nascimentos) e absorção de custos	21.077.761	1.571.372
Redução por abate, venda ou consumo	(24.723.331)	(164.357)
Aumento por aquisição de ativo biológico	2.641.547	480.256
Redução por morte	(7.251)	(23.457)
Fair value (marcação a mercado)	251.294	-
Transferência entre circulante e não circulante	759.371	(759.371)
Variação Cambial	48.424	23.273
Amortização	-	(1.170.316)
Efeito de empresas adquiridas	46.322	33.321
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.767.250	967.761
Movimentação do ativo biológico:	Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.873.447	1.100.353
Aumento por reprodução (nascimentos) e apropriação de custos	23.296.843	1.630.635
Redução por abate, venda ou consumo	(26.917.454)	(244.211)
Aumento por aquisição de ativo biológico	2.967.124	646.663
Redução por morte	(33.688)	(17.786)
Fair value (marcação a mercado)	19.528	-
Transferência entre circulante e não circulante	830.401	(830.401)
Variação Cambial	(363.088)	(160.272)
Amortização	-	(1.147.941)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.673.113	977.040

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	971.234	1.020.792	2.456.714	2.462.189
IPI	12.713	36.883	89.832	113.981
PIS e COFINS	2.633.753	1.193.325	3.546.549	1.972.962
IRPJ e IRRF a recuperar	1.952.864	1.363.354	2.283.289	1.722.394
Reintegra	48.053	15.557	79.829	50.535
Outros	17.484	17.601	39.332	74.265
	5.636.101	3.647.512	8.495.545	6.396.326
Ativo circulante	182.885	698.885	974.404	1.677.791
Ativo não circulante	5.453.216	2.948.627	7.521.141	4.718.535
	5.636.101	3.647.512	8.495.545	6.396.326

ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços: Advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas. A Companhia tem expectativa de recuperar referidos créditos integralmente, seja para compensar impostos em vendas no mercado interno, seja na aquisição de ativos imobilizados, embalagens, energia elétrica, venda para terceiros e outros, pois os créditos não expiram.

IPI - Imposto de produto industrializado: Referem-se aos impostos incidentes na aquisição de matérias-primas e materiais de embalagens de produtos nacionais e estrangeiros (importação). As alíquotas podem variar de acordo com o tipo de produto, volume ou preço de venda. Os créditos não expiram e podem ser usados para pagar outros tributos federais ou reembolsados.

PIS e COFINS: Referem-se a créditos não cumulativos incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo. Tais créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante compensação de outros impostos de âmbito Federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie, por via administrativa ou judicial.

IRPJ e IRRF: Corresponde ao estoque de imposto de renda pago nas controladas no exterior e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre os lucros e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. O montante de R\$1.811.663 refere-se a antecipações de imposto de renda realizadas em cada jurisdição e R\$471.912 refere-se a imposto de renda retido na fonte.

Reintegra - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários: Tem por objetivo devolver parcial ou integralmente valores referentes a custos tributários existentes na cadeia de produção das empresas exportadoras. O valor do referido crédito é calculado mediante aplicação de um percentual sobre a receita bruta decorrente da exportação de determinados produtos industrializados. Estes créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante compensação de outros impostos de âmbito Federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie.

Parcelamentos fiscais: Conforme descrito na nota 19, devido à adesão ao PERT a compensação de INSS com o saldo de PIS e COFINS homologado foi desfeito para que o saldo de INSS fosse incluído no PERT e dessa forma, retornou para a rubrica de Impostos a Recuperar - PIS e COFINS, no montante de R\$1.659.460, quando da adesão em 7 de novembro de 2017.

10 Ativos disponíveis para venda

A classificação como um ativo classificado como mantido para venda ocorre quando os seguintes critérios são atendidos: i) o ativo deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais; ii) a venda do ativo deve ser altamente provável; e iii) o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo. A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

A composição por empresa do saldo de ativos classificados como mantidos para venda está composto a seguir:

	Ativos da Five Rivers	Outros ativos	Total
Contas a receber de clientes	9.451	-	9.451
Estoques	173.882	-	173.882
Imobilizado	381.449	20.265	401.714
Outros ativos circulantes e não circulantes	232.658	-	232.658
Total do ativo	797.440	20.265	817.705
Outros passivos circulantes e não circulantes	23.305	-	23.305
Total do passivo	23.305	-	23.305
Patrimônio Líquido	774.135	20.265	794.400

Alienação dos ativos da Five Rivers Cattle feeding (Five Rivers) e outros ativos

A Companhia por meio de sua subsidiária JBS USA se comprometeu com um plano para vender ativos da Five Rivers, que incluem estoques, imobilizado, direito a exploração do uso de água. Como os ativos da Five Rivers possuem água alocado, esse água também foi realocado como parte dos ativos classificados como mantidos para venda. A JBS USA também se comprometeu a vender outros ativos como plantas no Alabama - USA, Dublin - Irlanda, que já não se enquadram nas operações da subsidiária. Essa operação faz parte do segmento de bovinos da Companhia.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Evento subsequente: Em 17 de janeiro de 2018, a JBS USA firmou acordo para a alienação da totalidade das operações de confinamento da Five Rivers Cattle Feeding nos Estados Unidos da América ("Five Rivers EUA") para afiliadas da Pinnacle Asset Management, L.P. ("Pinnacle-Arcadia"), por aproximadamente US\$200.000, incluindo o valor de mercado do estoque de silagem e grãos na data do fechamento e sujeito a ajuste pela variação do capital de giro também na data do fechamento ("Alienação"). Em conjunto com a aquisição das ações da Five Rivers EUA, o comprador firmará contrato de longo prazo para fornecimento de gado às unidades de abate do grupo JBS em território norte-americano. Conforme anunciado ao mercado através de Fato Relevante em 16 de março de 2018, a operação de alienação foi concluída.

11 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas decorrem de transações com a JBS e suas partes relacionadas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. O detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

CONTROLADORA	Moeda	Repasse de custos (administração e captação)	Saldos de balanço		Efeito no resultado	
			31.12.17	31.12.16	2017	2016
Controladas diretas						
Seara Alimentos ⁽²⁾	R\$	Corresponde a CDI + 1% a.m.	3.433.716	3.120.338	315.749	520.805
JBS Embalagens Metálicas ⁽²⁾	R\$	Corresponde a CDI + 1% a.m.	141.011	145.109	26.842	28.023
Conceria Priante ⁽¹⁾	EUR	5,11% a.a.	117.136	-	1.712	-
Brazservice ⁽²⁾	R\$	Corresponde a CDI + 1% a.m.	90.622	79.883	15.671	11.724
Midtown Participações ⁽¹⁾⁽²⁾	R\$	-	2.092	-	-	-
Tannery	R\$	Corresponde a CDI + 1% a.m.	-	-	-	3.083
JBS Global Investments ⁽¹⁾	US\$	-	-	(28.443)	-	-
JBS HU ⁽¹⁾	US\$	2,25% a.a.	-	(2.827)	(64)	(33)
Enersea ⁽²⁾	R\$	Corresponde a CDI + 1% a.m.	(361)	-	(1.044)	240
JBS Mendoza ⁽¹⁾	US\$	-	(723)	-	-	-
JBS Confinamento ⁽²⁾	R\$	Corresponde a CDI + 1% a.m.	(5.516)	128.899	7.601	15.928
Beef Snacks do Brasil ⁽²⁾	R\$	-	(25.348)	-	-	-
Controladas indiretas						
JBS Aves ⁽²⁾	R\$	Corresponde a CDI + 1% a.m.	950.199	1.882.114	268.986	391.163
Trump Asia ⁽¹⁾	US\$	5,11 a 8,375% a.a.	211.070	-	3.283	-
JBS Leather Uruguai ⁽¹⁾	US\$	8,375% a.a.	67.150	-	1.931	-
Zendaleather México ⁽¹⁾	US\$	2,5% a.a.	22.479	21.601	534	456
Frigorífico Canelones	US\$	3,5% a.a.	-	(32.876)	(274)	(276)
JBS Handels GmbH ⁽¹⁾	EUR	-	(581.481)	(82.245)	(6.952)	-
JBS USA Holding Lux ⁽¹⁾	US\$	8,375% a.a.	(2.405.358)	-	(63.792)	-
Outras partes relacionadas						
Flora Higiene e Produtos	R\$	Selic	23.783	-	1.163	-
			2.040.471	5.231.553	571.346	971.113

⁽¹⁾ Conceria Priante, JBS Global Investments, JBS Handels, JBS HU, JBS USA Holding Lux, JBS Mendoza, Midtown Participações, Trump Asia, Zendaleather México e Zendaleather Uruguai - Operações de remessa para capital de giro que deverão ser liquidadas com redução de capital e/ou distribuição de dividendos.

⁽²⁾ Beef Snacks do Brasil, Brazservice, Enersea, JBS Aves, JBS Confinamento, JBS Embalagens Metálicas, Midtown Participações e Seara Alimentos - Em maio de 2017 foi instituído o Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") cujas regras permitem a utilização de créditos próprios, de empresas controladas, direta ou indireta, ou de empresas controladoras e suas controladas diretas ou indiretas. Em setembro de 2017, a Companhia recebeu a cessão dos créditos de suas partes relacionadas, cuja negociação incluiu deságio de até 25% do valor do crédito tributário cedido, no valor aproximado de R\$75.000, registrados dentro de Outras Receitas Operacionais. Essas transações foram aprovadas unanimemente pelo Comitê de Partes Relacionadas.

Dentre as operações comerciais entre partes relacionadas, destacam-se a compra de gado para abate entre a JBS e a controlada JBS Confinamento e a parte relacionada JBJ Agropecuária, a compra de energia elétrica da controlada Enersea, a compra de insumos para industrialização de processados da Seara, a venda de produtos acabados para as tradings Toledo, Sampo e Meat Snack Partners Brasil, de couros em diferentes estágios para a controlada Trump Asia. Tais operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado na respectiva região, pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticados com outros clientes que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido pela JBS Confinamento é irrelevante dentro do volume demandado pela JBS, assim como o volume de produtos exportados para as tradings em relação ao volume de suas exportações.

A divulgação das principais transações com partes relacionadas segue os critérios definidos pela Administração de divulgar individualmente os saldos de operações iguais ou superiores a 2% do total dessas operações (Receitas, custos, saldo de clientes e fornecedores), sendo essa análise efetuada para cada parte relacionada. Caso alguma parte relacionada que não tenha atingido tais critérios no passado, passem a atender no período corrente, será divulgado o saldo do ano anterior para fins de comparabilidade.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA	Clientes		Fornecedores		Compras de mercadorias/ Serviços tomados		Receita de vendas/Serviços prestados	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	2017	2016	2017	2016
Controladas diretas								
JBS Confinamento	153	340	8.513	12.518	90.221	223.323	1.178	6.254
Priante	22.964	14.061	-	89	-	-	46.157	52.824
Brazservice	6.852	1.906	1.945	2.447	75.795	57.423	65.968	87.221
Seara Alimentos	29.336	13.972	18.968	128.800	98.052	286.123	465.654	237.336
Enersea	763	-	-	49	135.261	117.039	102.276	49.307
Controladas indiretas								
JBS Global UK	59.192	33.716	-	-	-	-	171.144	248.074
Toledo	16.821	23.089	-	-	-	-	221.098	250.388
JBS Aves	941	1.573	21.516	139.727	32.428	335.236	13.010	69.092
Weddel	7.642	3.151	-	-	-	-	31.051	41.649
Sampco	30.071	57.701	-	-	-	20	277.273	394.171
Meat Snacks Partners	5.970	2.933	101	113	797	5.025	222.969	291.550
Trump Asia	22.180	33.182	475	155	320	31	220.271	331.360
JBS Paraguay	-	514	-	3.326	50.479	73.017	976	2.445
Zenda	7.865	12.071	513	380	1.381	6.131	30.572	46.201
Braslo Produtos de Carnes	-	13.590	-	-	-	-	121.465	195.055
JBS USA	39	3.391	-	-	351	-	52.762	6.357
Agrícola Jandelle	1.341	1.455	23.190	42.674	31.883	117.275	4.063	16.665
Outras partes relacionadas								
Vigor	-	203	-	96.194	25.812	110.433	22	63.099
J&F Floresta Agropecuária	25	39	-	4.183	60.493	41.623	30	412
JBj Agropecuária	279	282	26.288	48.015	370.403	339.134	4.589	3.945
Flora Produtos	6.627	6.096	3	2	28	58	101.636	131.312
Dan Vigor Indústria e Com.	-	9.744	-	3.355	4.525	3.355	74.526	35.071
	219.061	233.009	101.512	482.027	978.229	1.715.246	2.228.690	2.559.788

Transações financeiras entre partes relacionadas registradas na Controladora

A Companhia e algumas de suas subsidiárias firmaram junto ao Banco Original (Parte relacionada), um convênio segundo o qual o Banco Original adquire créditos detidos contra determinados clientes do mercado interno. As cessões são efetuadas a valor de mercado e sem regresso, mediante a transferência definitiva dos riscos e benefícios dos recebíveis ao Banco Original. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui registrado R\$848.273 e R\$765.585 na Controladora, e R\$1.490.395 e R\$1.446.934 no Consolidado de recebíveis cedidos, respectivamente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possui registrado custos financeiros relativos a essa operação no montante de R\$64.772 e R\$88.047 na Controladora e R\$119.263 e R\$155.573 no Consolidado, registrados nas demonstrações contábeis como despesas financeiras.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos junto ao Banco Original, no montante de R\$68.760 e R\$62.062 na Controladora e R\$157.862 e R\$134.290 no Consolidado, registrados em caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. As aplicações financeiras, CDB e similares, possuem rendimentos equivalentes ao CDI (Depósito Interbancário). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia auferiu juros decorrente dessas aplicações no valor de R\$6.039 e R\$12.665 na Controladora, e R\$11.628 e R\$16.656 no Consolidado, registrados nas demonstrações contábeis como receita financeira.

Em empréstimos e financiamentos, no montante de R\$22.003 e R\$16.873 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, estão inclusos títulos bancários emitidos pelo BNDES para duas das subsidiárias da Companhia, Seara Alimentos e Macedo. Os empréstimos captados através desses títulos possuem taxa média de 9,00% em 31 de dezembro de 2017, cujos juros são pagos mensalmente. Os títulos têm vencimento em 2019 e 2024, e podem ser pagos antecipadamente sem ocorrência de penalidades.

A JBS é a principal mantenedora do Instituto Germinare, escola de negócios voltada para jovens, cujo objetivo é formar futuros líderes, oferecendo educação gratuita e de alta qualidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a JBS realizou doações nos montantes de R\$20.397 e R\$5.138 na Controladora, respectivamente, e no Consolidado nos montantes de R\$20.397 e R\$9.938, respectivamente, registrado nas demonstrações financeiras como despesas administrativas.

Créditos com empresas ligadas - No Consolidado

	31.12.17	31.12.16
J&F Oklahoma ⁽³⁾	873.752	1.315.526
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A. ⁽⁴⁾	23.783	-
	897.535	1.315.526

⁽³⁾ Este valor decorre da utilização da linha de crédito de até R\$2,2 bilhões (US\$675 milhões) entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers (subsidiária da JBS USA) e a J&F Oklahoma (subsidiária da controladora J&F Investimentos S.A., não consolidada na Companhia). A referida operação incide juros de 3,4% e possui o vencimento em 31 de dezembro de 2019. A J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado, que são alocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para engorda até estarem prontos para abate.

Por fim, a JBS Five Rivers é garantidora de uma linha de crédito rotativo contratada junto a instituições financeiras pela J&F Oklahoma. A linha de crédito da J&F Oklahoma possui disponibilidade de até R\$3,8 bilhões (US\$1,15 bilhões) e é garantida pelas contas a receber e estoques da J&F Oklahoma e também, por certos ativos fixos, contas a receber e estoques da JBS Five Rivers. Adicionalmente, caso ocorra um evento de inadimplemento da J&F Oklahoma sob a linha de crédito rotativo, e esse evento de inadimplemento não for sanado pelo controlador da J&F Oklahoma que possui um contrato de *keep-well* com a mesma, a JBS Five Rivers será responsabilizada por até R\$827 milhões (US\$250 milhões) dos empréstimos garantidos. Conforme demonstrado na nota explicativa 12, foi concluída a venda das operações da JBS Five Rivers em 16 de março de 2018.

⁽⁴⁾ A Companhia questionava judicialmente a correção monetária de créditos de IPI reconhecidos em 2005. Diante do reconhecimento judicial do direito à correção, em 2017 a Companhia foi intimada pela Receita Federal a compensar estes créditos com determinados débitos, sendo que na lista desses débitos (indicados pela própria Receita Federal), constavam débitos relativos ao ano de 2007 da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A (parte relacionada) que já haviam sido objeto de parcelamento. A vinculação realizada pela Receita Federal entre os débitos da Flora com os da Companhia se deu em razão da cisão da Companhia ocorrida em 2007, que originou a empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A; e nos casos de cisão as empresas são responsáveis solidárias pelos débitos ocorridos até a data da cisão. Assim, considerando, ainda, que seus créditos seriam retidos caso discordasse da compensação, a Companhia concordou com a mesma e firmou um contrato de Cessão de Créditos Tributários, o qual deve ser liquidado até 2023, e será atualizado com base na Selic, seguindo o mesmo fluxo de pagamento de um parcelamento fiscal.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Transações comerciais - No Consolidado

A JBS Five Rivers, JBS Australia e JBS Canadá são parte em acordos comerciais com a J&F Oklahoma, J&F Australia e J&F Canadá, respectivamente, conforme a seguir:

- contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação: a JBS presta serviços de engorda de bovinos para a J&F e a J&F paga a JBS a custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel. Sob estes contratos, a J&F acorda em fornecer gado suficiente aos confinamentos da JBS para assim eles permanecerem com a capacidade de pelo menos 75% nos Estados Unidos, 80% na Austrália e 75% no Canadá. O risco de perda de gado permanece com a J&F, que é a proprietária do gado;
- contrato de compra e venda de gado, o qual a JBS deve adquirir da J&F um certo volume de animais por ano. O limite mínimo de compras sobre estes acordos são: i) A JBS USA deve comprar no mínimo 800.000 cabeças de gado ao ano, a partir de 2009 até 2019, ii) A JBS Austrália deve comprar no mínimo 200.000 cabeças de gado ao ano, a partir de 2011 até 2019, e iii) A JBS Canadá deve comprar no mínimo 50.000 cabeças de gado ao ano, a partir de 2013 até 2019. A compra e venda de gado sob esses acordos também contém provisões de ganhos e perdas incorridos pela J&F na venda de gado para a JBS; e
- acordo de incentivo onde a J&F Oklahoma paga a JBS Five Rivers, anualmente, um montante com base na performance financeira da J&F Oklahoma, advinda da venda de gado terminado pela JBS Five Rivers.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores recebidos advindos desses acordos comerciais eram de R\$2,7 bilhões (US\$848 milhões) e R\$2,8 bilhões (US\$856 milhões), respectivamente, e os valores pagos advindos desses acordos comerciais foram de R\$9,8 bilhões (US\$3 bilhões) e R\$10,2 bilhões (US\$3,1 bilhões), respectivamente.

Conforme demonstrado na nota explicativa 12, as operações da JBS Five Rivers e JBS Canadá fizeram parte do programa de desinvestimento da Companhia. A alienação das operações da JBS Canadá foi concluída em 30 de outubro de 2017 e, a alienação das operações da JBS Five Rivers foi concluída em 16 de março de 2018.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores por serviços nas respectivas áreas de competência nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente são apresentados abaixo:

	2017	2016
Remuneração fixa	11.382	9.327
Participação de resultados	8.500	12.000
Remuneração baseada em ações (*)	2.500	2.000
	22.382	23.327

(*) Refere-se as ações outorgadas do ano de 2017.

O Diretor de Administração e Controle, o Diretor de Relações com Investidores e o Presidente das operações Mercosul são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

Com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

12 Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures"

Informações relevantes sobre os investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017:

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido + Agio	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Em controladas:						
JBS Embalagens Metálicas	99,00%	91.279	2	(54.584)	-	4.215
JBS Global Investments	100,00%	-	-	-	-	(6.515)
JBS Confinamento	100,00%	590.984	711.388	572.160	35.532	(9.188)
JBS Slovakia Holdings	100,00%	14	-	15	-	1
Conceria Priante	100,00%	302.160	11.114	6.490	125.108	(16.012)
JBS Holding GMBH	100,00%	621.254	139	583.594	815.144	(24.232)
JBS Global Luxembourg	100,00%	57.164.445	3.660.092	12.472.336	118.462.647	5.522.103
JBS Leather International	100,00%	741.087	68.084	(189.411)	899.981	(93.319)
Brazservice	100,00%	73.404	23.063	(49.034)	139.953	(16.863)
Seara Alimentos	100,00%	20.056.660	4.259.089	4.477.051	17.473.068	(371.185)
Rigamonti	100,00%	194.461	9.051	115.107	393.916	3.786
Enersea	100,00%	1.274	1.275	(87)	374.197	(302)
JBS Mendoza	99,93%	750	141	747	-	607
JBS HU Liquidity Management	100,00%	4.183	53	3.957	-	(518)
Midtown Participações	100,00%	199.415	207.687	180.965	-	(16.793)
Midup Participações Ltda.	100,00%	18.636	18.969	18.635	-	(334)
Beef Snacks Brasil	100,00%	67.505	40.993	67.327	-	25.301
JBS Foods International	100,00%	349	-	276	-	(69.493)
Em joint venture:						
Meat Snack Partners	50,00%	156.690	23.762	128.012	420.832	36.891

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

• **Na controladora:**

	Saldo em 31.12.16	Adição (Baixa)	Variação Cambial	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.17
				No Patrimônio Líquido	No Resultado do período	
JBS Embalagens Metálicas	(58.211)	-	-	-	4.173	(54.038)
JBS Global Investments ⁽¹⁾	28.443	(21.228)	(700)	-	(6.515)	-
JBS Confinamento ⁽²⁾	469.362	111.986	-	-	(9.188)	572.160
JBS Slovakia Holdings ⁽¹⁾	21.173	(20.829)	(295)	(35)	1	15
Conceria Priante ⁽⁸⁾	9.453	12.826	223	-	(16.012)	6.490
JBS Holding GMBH	593.381	-	86.496	(72.051)	(24.232)	583.594
JBS Global Luxembourg ⁽³⁾	5.564.272	863.955	205.541	316.465	5.522.103	12.472.336
Vigor Alimentos ⁽⁴⁾	307.065	(307.249)	-	-	184	-
JBS Leather International	(86.426)	-	(4.467)	(5.199)	(93.319)	(189.411)
Brazservice	(32.171)	-	-	-	(16.863)	(49.034)
Seara Alimentos	4.620.972	-	-	227.264	(371.185)	4.477.051
Meat Snack Partners ⁽¹⁾	55.562	(10.000)	1.726	(1.728)	18.446	64.006
Granite Holdings ⁽³⁾	3.912.517	(4.232.309)	258.561	4.895	56.336	-
Rigamonti	95.731	-	15.590	-	3.786	115.107
Enersea	215	-	-	-	(302)	(87)
JBS Argentina ⁽⁵⁾	309.083	(273.006)	(9.234)	-	(26.843)	-
JBS Mendoza	253	-	(113)	-	607	747
JBS HU Liquidity Management ⁽¹⁾	17.460	(12.659)	(326)	-	(518)	3.957
Midtown Participações ⁽⁶⁾	285.063	(87.305)	-	-	(16.793)	180.965
Midup Participações ⁽⁷⁾	-	18.969	-	-	(334)	18.635
Beef Snacks Brasil ⁽¹⁾	44.226	(2.200)	-	-	25.301	67.327
JBS Foods International ⁽²⁾	(49.450)	119.790	(572)	-	(69.492)	276
Subtotal	16.107.973	(3.839.259)	552.430	469.611	4.979.341	18.270.096
Provisão para perda de investimentos (*)	226.258	-	-	-	-	292.570
Total	16.334.231					18.562.666

(*) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos circulantes.

⁽¹⁾ Recebimento de dividendos das respectivas subsidiárias.

⁽²⁾ Aumento de capital através de capitalização parcial do saldo de conta corrente.

⁽³⁾ Perda de percentual em participação societária na Granite Holdings (holding da Moy Park) para PPC: Em 8 de setembro de 2017, conforme comunicado ao mercado, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de sua subsidiária Moy Park para sua subsidiária PPC. Essa operação, teve o valor de troca de GBP792.5 million (R\$3,3 bilhões), dos quais em 30 de setembro de 2017 a Companhia havia recebido R\$931.187, e em 31 de dezembro de 2017 um montante de R\$2,3 bilhões.

Esta transação foi definida nos termos de uma transação de controle comum, dessa forma a diferença entre o valor de troca, e o valor do investimento na Moy Park, foi reconhecido como um aumento no investimento na subsidiária JBS Global Lux, pelo valor de R\$863.955 milhões. Ainda, essa transação resultou em uma perda de 21,4% de participação societária na Moy Park, no montante de R\$(189.724) milhões reconhecidos no patrimônio líquido como transação de capital.

⁽⁴⁾ Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda. A conclusão da venda foi realizada em outubro de 2017.

⁽⁵⁾ Composto por aumento de capital de R\$17.429 e reclassificação de ativos classificados como mantido para venda de (R\$290.435). A conclusão da venda foi realizada em agosto de 2017.

⁽⁶⁾ Transferência de ativos para a Controladora de R\$87.305 através de redução de capital.

⁽⁷⁾ Cisão da subsidiária direta Midtown no montante de R\$18.969 com transferência de ativos imobilizados para integralização de capital.

⁽⁸⁾ Aumento de capital através de capitalização do saldo de contas a receber.

• **No consolidado:**

	Saldo em 31.12.16	Distribuição de dividendos	Baixa	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.17
				No Patrimônio Líquido	No Resultado do período	
Vigor Alimentos ⁽⁴⁾	307.065	-	(307.249)	-	184	-
Meat Snack Partners ⁽¹⁾	55.562	(10.000)	-	(2)	18.446	64.006
Total	362.627	(10.000)	(307.249)	(2)	18.630	64.006

a. Programa de desinvestimento

Conforme divulgado ao mercado por meio de Fato Relevante em 20 de junho de 2017 a Companhia anunciou seu programa de desinvestimentos, onde foi previsto a desmobilização de determinados ativos para reforço da posição financeira.

Em 14 de julho de 2017, a Companhia através de sua subsidiária indireta, JBS Food Canada Inc. (JBS Canadá), celebrou um acordo para a alienação de sua operação de confinamento e uma fazenda adjacente, localizadas em Brooks (Alberta), no Canadá, à MCF Holdings Ltd. (MCF) pelo valor de CAD 50.000 (aproximadamente US\$40.000). O acordo prevê que a MCF continue fornecendo gado para a unidade de produção de carne bovina da JBS Canadá em Brooks. A conclusão desta transação ocorreu em 30 de outubro de 2017.

Em 31 de julho de 2017, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral JBS Handels GmbH, concretizou a venda de suas subsidiárias com operações frigoríficas de carne bovina no Uruguai (Frigorífico Canelones), Paraguai (JBS Paraguay) e Argentina (JBS Argentina), para sociedades do Grupo Minerva, pelo montante de US\$300.000 (R\$992.460), mais capital de giro de aproximadamente US\$23.000 (R\$71.000). Esta transação foi concluída em agosto de 2017, e resultou em uma perda de R\$109.568, dos quais R\$452.297, referem-se a reclassificação de Outros Resultados Abrangentes (basicamente perda de variação cambial). A Companhia reconheceu esse valor na rubrica de Outras despesas operacionais.



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia celebrou um acordo para a alienação da totalidade de sua participação acionária de 19,43% na Vigor Alimentos S.A. ("Vigor") para o Grupo Lala, S.A.B. de C.V. ("Grupo LALA"), por aproximadamente R\$1,1 bilhão (enterprise value). Em 26 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a venda da Vigor, recebendo R\$785.858 durante o exercício, e receberá R\$62.009 a partir do exercício de 2018, com base em determinados eventos estabelecidos em cláusulas do instrumento de compra e venda. O valor a receber está registrado na rubrica outros ativos não circulantes. A operação gerou um ganho de R\$330.520 e foi reconhecida na rubrica outras receitas operacionais, na Companhia.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia celebrou a alienação da totalidade de sua participação acionária na Granite Holdings para a Pilgrim's Pride Corporation ("PPC"), subsidiária indireta da Companhia, por aproximadamente GBP 792.500 (R\$3,3 bilhões). Esta transação foi aprovada por unanimidade pelo Comitê Especial do Conselho de Administração da PPC e foi reconhecida como uma transação de controle comum, os quais os impactos estão descritos na referência ⁽⁹⁾, acima descrita.

A venda da maior parte dos ativos do Programa de Desinvestimento foi concluída em 2017, com aprovação unânime do Conselho de Administração, ficando em aberto apenas a conclusão da venda dos ativos da Five Rivers conforme descrito na nota 10 - Ativos disponíveis para venda.

Para fins de informações adicionais da apuração de perda ou ganho da baixa dos investimentos, a Companhia possuía em seu patrimônio líquido, outros resultados abrangentes, (basicamente variação cambial de investimento) referente a esses ativos mantidos para venda. Esses resultados abrangentes fizeram parte da apuração de ganho/perda na baixa dos investimentos sendo reconhecidos no resultado do período, nos seguintes montantes:

	Vigor	Argentina	Total
Realização de outros resultados abrangentes	(210.099)	(452.297)	(662.396)

Informações relevantes sobre os investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016:
Na controladora:

	Saldo em 31.12.15	Adição (Baixa)	Variação Cambial	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.16
				No Patrimônio Líquido	No Resultado do período	
JBS Embalagens Metálicas	(31.258)	-	-	-	(26.953)	(58.211)
JBS Global Investments	34.109	-	(5.640)	-	(26)	28.443
JBS Holding Internacional	577.354	(484.329)	-	(103.940)	10.915	-
JBS Confinamento	505.891	-	-	-	(36.529)	469.362
JBS Slovakia Holdings	47.535	(17.694)	(8.000)	548	(1.216)	21.173
Conceria Priante	30.490	-	(4.453)	(4.059)	(12.525)	9.453
JBS Holding GMBH ⁽⁹⁾	1.392.027	(648.473)	(233.139)	12.080	70.886	593.381
JBS Global Luxembourg ⁽¹⁰⁾	5.347.766	(964.367)	(1.042.237)	(333.180)	2.556.290	5.564.272
FG Holding III	65	(65)	-	-	-	-
Vigor Alimentos	312.162	-	-	-	(5.097)	307.065
JBS Leather International	78.573	-	(1.066)	(60.262)	(103.671)	(86.426)
Brazservice	(4.054)	-	-	-	(28.117)	(32.171)
Seara Alimentos	5.337.249	-	-	(325.129)	(391.148)	4.620.972
Tannery	(18.087)	22.227	-	(103)	(4.037)	-
Meat Snack Partners	41.972	(9.000)	(8.575)	8.565	22.600	55.562
Moy Park ⁽¹¹⁾	5.477.678	(47.858)	(1.679.204)	17.162	144.739	3.912.517
Rigamonti	112.857	-	(22.107)	-	4.981	95.731
Enersea	-	1.198	-	-	(983)	215
JBS Argentina	-	445.609	(59.795)	(463)	(76.268)	309.083
JBS Mendoza	-	66	(41)	(2)	230	253
JBS HU Liquidity Management ⁽¹²⁾	-	17.693	(100)	-	(133)	17.460
Midtown Participações ⁽¹³⁾	239.122	52.329	-	-	(6.388)	285.063
Beef Snacks Brasil ⁽¹⁴⁾	-	43.113	-	-	1.113	44.226
JBS Foods International	-	-	3.505	-	(52.955)	(49.450)
Subtotal	19.481.451	(1.589.551)	(3.060.852)	(788.783)	2.065.708	16.107.973
Provisão para perda de investimentos (*)	53.399	-	-	-	-	226.258
Total	19.534.850					16.334.231

(*) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos circulantes.

⁽⁹⁾ JBS Holding GMBH: Em setembro de 2016, a JBS Holding GMBH distribuiu dividendos a Companhia, em parte para liquidação do saldo em aberto com a Controladora em 30 de setembro de 2016.

⁽¹⁰⁾ JBS Global Luxembourg: Em setembro de 2016, a JBS Global Luxembourg distribuiu dividendos a Companhia, através de sua subsidiária indireta JBS USA Holding Lux S.à.r.l.

⁽¹¹⁾ Moy Park: Em setembro de 2016, a Moy Park distribuiu dividendos a Companhia.

⁽¹²⁾ JBS HU Liquidity Management: Em setembro de 2016, para fins de simplificação da estrutura societária foi realizada a transferência do investimento da subsidiária JBS HU, antes detida integralmente de forma direta por sua holding, JBS Slovakia.

⁽¹³⁾ Midtown Participações: Em julho de 2016, a JBS Global Meat foi incorporada por sua subsidiária integral (incorporação reversa), Midtown Participações Ltda., para fins de simplificação da estrutura societária.

⁽¹⁴⁾ Beef Snacks Brasil: Em setembro de 2016, para fins de simplificação da estrutura societária foi realizada a transferência do investimento da subsidiária Beef Snacks Brasil, antes detida integralmente de forma direta por sua holding, JBS Global Luxembourg.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

• **No consolidado:**

	Saldo em 31.12.15	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.16
			No Patrimônio Líquido	No Resultado do período	
Vigor Alimentos	312.162	-	-	(5.097)	307.065
Meat Snack Partners	41.972	(9.000)	(10)	22.600	55.562
Total	354.134	(9.000)	(10)	17.503	362.627

13 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção são deduzidos e reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado ou UGC's são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Controladora	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.17	31.12.16*
Imóveis	10 a 50 anos	4.073.562	(912.021)	3.161.541	3.088.757
Terra nua e terrenos	-	1.526.572	-	1.526.572	1.384.826
Máquinas e equipamentos	10 a 25 anos	6.397.257	(2.630.688)	3.766.569	3.814.323
Instalações	10 a 20 anos	2.060.090	(594.397)	1.465.693	1.353.973
Equipamentos de informática	3 a 5 anos	261.267	(191.305)	69.962	66.333
Veículos	5 a 10 anos	533.923	(214.581)	319.342	404.214
Obras em andamento	-	1.181.445	-	1.181.445	1.305.863
Outros	5 a 10 anos	132.924	(79.867)	53.057	57.339
		16.167.040	(4.622.859)	11.544.181	11.475.628

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.17	31.12.16*
Imóveis	5 a 50 anos	16.285.443	(4.408.209)	11.877.234	11.104.201
Terra nua e terrenos	-	4.009.654	-	4.009.654	3.943.307
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos	23.341.230	(11.751.991)	11.589.239	10.915.981
Instalações	5 a 20 anos	3.058.405	(976.717)	2.081.688	1.925.053
Equipamentos de informática	2 a 7 anos	742.957	(440.508)	302.449	253.499
Veículos	2 a 10 anos	826.411	(419.588)	406.823	490.393
Obras em andamento	-	2.636.047	-	2.636.047	3.754.943
Outros	5 a 15 anos	1.434.297	(774.327)	659.970	723.514
		52.334.444	(18.771.340)	33.563.104	33.110.891

* A Companhia revisou a alocação entre linhas de seu ativo imobilizado, e devido a baixa representatividade, o saldo inicial de 31 de dezembro de 2016 foi alterado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.16*	Adições líquidas de transferências ⁽²⁾	Baixas	Depreciação	31.12.17
Imóveis	3.088.757	192.048	(85)	(119.179)	3.161.541
Terra nua e terrenos	1.384.826	158.097	(16.351)	-	1.526.572
Máquinas e equipamentos	3.814.323	363.683	(12.324)	(399.113)	3.766.569
Instalações	1.353.973	225.168	(5.649)	(107.799)	1.465.693
Equipamentos de informática	66.333	31.402	(550)	(27.223)	69.962
Veículos	404.214	61.388	(64.257)	(82.003)	319.342
Obras em andamento	1.305.863	(123.011)	(1.407)	-	1.181.445
Outros	57.339	17.839	(274)	(21.847)	53.057
	11.475.628	926.614	(100.897)	(757.164)	11.544.181

Consolidado	31.12.16*	Aquisições em combinações de negócios ⁽¹⁾	Adições líquidas de transferências ⁽²⁾	Baixas	Ativos disponíveis para venda ⁽³⁾	Depreciação	Variação Cambial	31.12.17
Imóveis	11.104.201	273.942	1.280.800	(71.399)	(302.141)	(621.264)	213.095	11.877.234
Terra nua e terrenos	3.943.307	27.621	217.373	(61.855)	(164.536)	-	47.744	4.009.654
Máquinas e equipamentos	10.915.981	508.488	2.173.205	(43.979)	(341.239)	(1.827.605)	204.388	11.589.239
Instalações	1.925.053	-	341.266	(5.661)	(121)	(179.603)	754	2.081.688
Equipamentos de informática	253.499	3.012	154.313	(3.315)	(3.384)	(107.738)	6.062	302.449
Veículos	490.393	10.082	96.631	(65.912)	(11.497)	(115.547)	2.673	406.823
Obras em andamento	3.754.943	24.158	(1.132.252)	(14.977)	(26.996)	-	31.171	2.636.047
Outros	723.514	19.884	204.776	(7.712)	(170.470)	(118.590)	8.568	659.970
	33.110.891	867.187	3.336.112	(274.810)	(1.020.384)	(2.970.347)	514.455	33.563.104

⁽¹⁾ Referem-se aos saldos da aquisição da GNP e Plumrose.

⁽²⁾ As adições de cada linha são apresentadas líquidas de transferências de obras em andamento.

⁽³⁾ Referem-se aos saldos das subsidiárias JBS Argentina, JBS Paraguay, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e JBS Food Canada Inc, classificados como ativos disponíveis para venda, conforme o plano de desinvestimento previsto pela Companhia, descrito na nota 12 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures".

Controladora	31.12.15	Adições líquidas de transferências ⁽²⁾	Incorporações ⁽⁴⁾	Baixas	Depreciação	31.12.16
Imóveis	3.005.487	163.270	11.597	(2.079)	(111.688)	3.066.587
Terra nua e terrenos	1.266.507	121.601	717	(3.999)	-	1.384.826
Máquinas e equipamentos	3.855.647	350.315	4.374	(16.377)	(379.636)	3.814.323
Instalações	1.266.555	179.231	294	(2.265)	(89.842)	1.353.973
Equipamentos de informática	74.494	17.877	-	(196)	(25.841)	66.334
Veículos	403.246	91.134	120	(22.012)	(68.274)	404.214
Obras em andamento	1.763.871	(463.994)	5.987	-	-	1.305.864
Outros	57.231	37.864	173	(435)	(15.326)	79.507
	11.693.038	497.298	23.262	(47.363)	(690.607)	11.475.628

Consolidado	31.12.15	Aquisições em combinações de negócios ⁽⁵⁾	Adições líquidas de transferências ⁽²⁾	Baixas	Ajustes de combinações de negócio	Depreciação	Variação Cambial	31.12.16
Imóveis	11.751.395	12.647	1.022.885	(21.744)	59.710	(587.662)	(1.231.022)	11.006.209
Terra nua e terrenos	3.774.251	5.797	168.735	(13.903)	118.888	-	(260.051)	3.793.717
Máquinas e equipamentos	11.609.603	8.372	2.316.823	(48.344)	81.396	(1.900.627)	(1.044.505)	11.022.718
Instalações	1.742.301	-	351.034	(3.684)	-	(155.121)	(17.243)	1.917.287
Equipamentos de informática	281.114	749	113.330	(2.851)	(2)	(100.939)	(34.469)	256.932
Veículos	554.466	248	121.223	(42.698)	(41)	(106.547)	(23.630)	503.021
Obras em andamento	4.681.002	562	(592.897)	(29.370)	-	-	(304.354)	3.754.943
Outros	986.978	583	147.841	(23.352)	(255)	(144.416)	(111.315)	856.064
	35.381.110	28.958	3.648.974	(185.946)	259.696	(2.995.312)	(3.026.589)	33.110.891

⁽⁴⁾ - Em abril de 2016, as controladas diretas Tannery e JBS Holding Internacional foram incorporadas pela Controladora.

⁽⁵⁾ - Referem-se aos saldos da aquisição da Scott Technology.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montante de juros capitalizados em obras em andamento, compondo o montante das adições na Controladora eram de R\$52.231 e R\$56.207 e no Consolidado era de R\$140.099 e R\$93.614, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia testou a recuperabilidade de seus ativos, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa e não reconheceu despesa no período corrente.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, direitos de exploração, softwares e outros.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso.

O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes, tem o seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorre eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo.

A Companhia considera que certas marcas e patentes possuem vida útil indefinida em virtude do histórico, e da expectativa de uso pela Companhia. As marcas adquiridas não têm limites legais, ou contratuais ligados a sua utilização, e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições e, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Vida útil dos ativos intangíveis	Líquido		Vida útil dos ativos intangíveis	Líquido	
		31.12.17	31.12.16		31.12.17	31.12.16
Marcas e patentes	Indefinida	42.560	23.000	Indefinida	3.059.717	2.809.178
Marcas e patentes	Até 5 anos	24.800	-	2 a 20 anos	239.093	55.937
Softwares	Até 5 anos	27.379	23.494	2 a 15 anos	75.646	83.915
Direito de exploração do uso da água	-	-	-	Indefinida	34.906	108.530
Carteira de clientes	-	-	-	4 a 20 anos	2.082.710	1.947.753
Outros intangíveis	-	-	-	2 a 15 anos	19.998	6.782
		94.739	46.494		5.512.070	5.012.095

Movimentação do Intangível:

Controladora	31.12.16	Adição ⁽²⁾	Baixa	Amortização	31.12.17
Amortizável:					
Marcas e patentes	-	53.200	-	(10.640)	42.560
Softwares	23.494	12.541	(253)	(8.403)	27.379
Não-amortizável:					
Marcas e patentes	23.000	1.803	(3)	-	24.800
	46.494	67.544	(256)	(19.043)	94.739

Consolidado	31.12.16	Aquisições em combinações de negócios ⁽¹⁾	Adição ⁽²⁾	Ajuste de combinação de negócios ⁽³⁾	Ativos classificados como mantidos para venda ⁽⁴⁾	Baixa	Amortização	Variação cambial	31.12.17
Amortizável:									
Marcas e patentes	55.937	119.451	53.250	25.081	(2.858)	-	(23.481)	11.713	239.093
Softwares	83.915	-	18.536	-	(626)	(1.142)	(25.219)	182	75.646
Carteira de clientes	1.947.753	353.187	-	-	-	-	(276.956)	58.726	2.082.710
Outros intangíveis	6.782	21.172	-	-	-	(83)	(5.350)	(2.523)	19.998
Não-amortizável:									
Marcas e patentes	2.809.178	52.454	1.803	8.524	-	(259)	-	188.017	3.059.717
Direito de exploração do uso da água	108.530	-	-	-	(73.735)	-	-	111	34.906
	5.012.095	546.264	73.589	33.605	(77.219)	(1.484)	(331.006)	256.226	5.512.070

⁽¹⁾ Referem-se aos saldos da aquisição da GNP e Plumrose.

⁽²⁾ Em marcas e patentes, o montante de R\$53.200 referem-se a reversão de perda do valor recuperável.

⁽³⁾ Referem-se a ajustes advindos da combinação de negócios da Scott Technology e Granite (Holding da Moy Park).

⁽⁴⁾ Referem-se aos saldos das subsidiárias JBS Argentina, JBS Paraguay, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e JBS Food Canada Inc, classificados como ativos disponíveis para venda, conforme o plano de desinvestimento previsto pela Companhia, descrito na nota 12 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures".

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Controladora	31.12.15	Adição	Perda de valor recuperável ⁽⁵⁾	Amortização	31.12.16
Amortizável:					
Softwares	14.962	14.805	-	(6.273)	23.494
Não-amortizável:					
Marcas e patentes	452.578	23.000	(452.578)	-	23.000
	467.540	37.805	(452.578)	(6.273)	46.494

Consolidado	31.12.15	Aquisições em combinações de negócios	Adição	Ajuste de combinação de negócios	Perda de valor recuperável ⁽⁵⁾	Baixa	Amortização	Variação cambial	31.12.16
Amortizável:									
Marcas e patentes	46.591	29.874	-	-	-	-	(7.228)	(13.300)	55.937
Softwares	87.733	-	32.901	-	-	(914)	(25.091)	(10.714)	83.915
Carteira de clientes	2.657.261	-	-	-	-	-	(323.036)	(386.472)	1.947.753
Outros intangíveis	9.075	-	70	-	-	(2.808)	(1.987)	2.432	6.782
Não-amortizável:									
Marcas e patentes	3.961.742	-	109.384	(120.288)	(452.578)	-	-	(689.082)	2.809.178
Direito de exploração do uso da água	130.132	-	-	-	-	-	-	(21.602)	108.530
	6.892.534	29.874	142.355	(120.288)	(452.578)	(3.722)	(357.342)	(1.118.738)	5.012.095

⁽⁵⁾ Teste para verificação de perda do valor recuperável:

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia tomou a decisão de não mais usar determinadas marcas e patentes, com isso o conceito de valor em uso futuro passou a não ser mais aplicável a estas, portanto, a Companhia apurou em 31 de dezembro de 2016 a perda de valor recuperável no valor de R\$452.578.

15 Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos em controladas avaliados por equivalência patrimonial" na controladora porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada; e, "Ágio", no consolidado por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de impairment. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

	Vida útil	31.12.17	31.12.16
Ágio	Indefinida	22.488.247	21.916.694

Movimentação do Ágio:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.916.694
Aquisições em combinações de negócios ⁽¹⁾	272.279
Baixa	(11.852)
Ajuste de combinação de negócio ⁽²⁾	(95.410)
Ativos disponíveis para venda ⁽³⁾	(153.567)
Variação Cambial	560.103
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.488.247

⁽¹⁾ - Referem-se aos saldos das aquisições da GNP e Plumrose.

⁽²⁾ - Referem-se a ajustes advindos da combinação de negócios da Scott Technology e Granite (Holding da Moy Park).

⁽³⁾ - Referem-se aos saldos das subsidiárias JBS Argentina, JBS Paraguay, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e JBS Food Canada Inc, classificados como ativos disponíveis para venda, conforme o plano de desinvestimento previsto pela Companhia, descrito na nota 12 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures".

Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.411.441
Aquisições em combinações de negócios ⁽⁴⁾	105.294
Ajuste de combinação de negócio ⁽⁵⁾	(111.837)
Variação Cambial	(2.488.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.916.694

⁽⁴⁾ - Refere-se ao saldo advindo da aquisição da Scott Technology.

⁽⁵⁾ - Refere-se aos ajustes advindos das aquisições da Tyson México, Cargill e FRS de acordo com as avaliações finais do valor justo. Os ajustes consistiam em aumento em imobilizado de R\$259.696, uma redução em marcas e patentes no intangível de R\$120.288, um aumento no imposto de renda diferido passivo de R\$27.571, reduzindo o ágio em R\$111.837.



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa) que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas, despesas de capital, requerimentos de capital de giro e taxas de desconto.

A Administração projeta fluxos de caixa por um período de 5 anos para os grupos UGC de Brasil Bovinos e USA Suínos, a fim de melhor refletir o longo ciclo dos grupos em relação à vida útil dos animais utilizados na produção. O valor terminal foi atribuído com base em uma taxa de crescimento esperada em perpetuidade para os grupos UGC. O custo médio ponderado do capital (WACC), utilizado como taxa de desconto, foi estimado com base no desempenho histórico da indústria em relação a cada grupo de UGC e em fontes externas de informação sobre riscos de mercado.

O teste de impairment foi efetuado para o grupo de UGCs para os quais foram alocados.

Para o teste de impairment, as UGCs foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Companhia em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e possuem ágio significativos:

Grupo UGC	31.12.17	31.12.16
Brasil Bovinos	9.069.926	9.069.926
Austrália Smallgoods	1.005.113	1.136.008
Moy Park	2.760.016	2.565.653
USA Suínos	2.297.518	2.217.831
Seara	3.533.294	3.541.676
Outros	3.822.380	3.385.600
Total	22.488.247	21.916.694

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de impairment do goodwill em nenhum dos grupos de UGC.

Brasil Bovinos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo. Os valores atribuídos às mesmas representam a análise da Administração das tendências futuras em indústrias relevantes e são baseadas em dados históricos de fontes externas e internas.

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	10,8	11,3
Taxa de crescimento de valor terminal	5,1	5,5
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	46,4	18,0

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne bovina no Brasil. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Australia Smallgoods

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	8,3	10,7
Taxa de crescimento de valor terminal	2,5	2,5
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 4 anos)	1,0	24,3

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas das operações da Smallgoods na Austrália, que consiste nas operações da Primo. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, suíno e ovinos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente suínos. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

USA Suínos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	12,0	12,0
Taxa de crescimento de valor terminal	0,5	0,5
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	9,7	(2,7)

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína nos Estados Unidos da América, incluindo as operações da Cargill. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de suínos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Seara

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	10,9	12,3
Taxa de crescimento de valor terminal	4,0	3,7
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	14,2	16,2

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína, carne de frango e outros produtos no Brasil. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de aves e suínos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

A Administração identificou que uma alteração razoavelmente possível na taxa de desconto ou no crescimento da perpetuidade, pode tornar o valor contábil maior que o valor recuperável. Para a UGC, um aumento na taxa de desconto de 1,0% e uma redução no crescimento da perpetuidade de 0,5%, resultaria na estimativa de valor recuperável 1,1% menor do que o valor contábil.

Moy Park

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

Em percentual (%)	2017	2016
Taxa de desconto	8,5	8,7
Taxa de crescimento de valor terminal	3,0	3,0
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	7,1	8,5

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne de frango no Reino Unido. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade dos ativos biológicos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário é classificado no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Commodities	1.287.063	1.047.937	3.943.995	3.999.387
Materiais e serviços	566.434	513.502	5.827.592	6.419.832
Produtos acabados	184.819	504.315	239.053	340.220
Ajuste a valor presente - AVP	(9.212)	(15.489)	(17.862)	(42.452)
	2.029.104	2.050.265	9.992.778	10.716.987

17 Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Todos empréstimos que não possuem a mesma moeda de apresentação da Companhia, são reavaliados em cada período corrente. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Controladora			
					Circulante		Não Circulante	
					31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Em moeda estrangeira								
ACC - Adto. de contrato de câmbio	4,82%	USD	-	*	3.687.101	6.826.491	-	-
Pré-pagamento	4,46%	USD	LIBOR	2019 - 23	3.406.881	3.967.161	2.776.910	4.484.527
144-A	7,14%	USD	-	2020 - 24	153.432	150.699	8.331.310	8.201.753
Capital de giro - Euros/Dólares americanos	2,40%	EUR	EURIBOR	2023	18.362	859	58.643	78.898
FINIMP	2,53%	EUR	EURIBOR	*	600	526	-	516
					7.266.376	10.945.736	11.166.863	12.765.694
Em moeda nacional								
Nota de crédito - exportação	9,11%	BRL	CDI anual	2019 - 20	763.412	798.823	467.358	1.006.938
Capital de giro - Reais	10,60%	BRL	CDI anual e TJLP	2019 - 20	116.167	432.869	14.205	14.637
FINAME	8,45%	BRL	TJLP	2019 - 25	45.178	77.374	73.130	146.981
FINEP	5,67%	BRL	-	2019 - 25	22.005	21.855	81.922	75.146
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	17,99%	BRL	-	2020 - 22	10.059	4.371	30.680	11.988
					956.821	1.335.292	667.295	1.255.690
					8.223.197	12.281.028	11.834.158	14.021.384

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Consolidado							
	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não Circulante	
Modalidade					31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Em moeda estrangeira								
ACC - Adto. de contrato de câmbio	4,82%	USD	Libor	*	5.055.776	7.753.838	-	-
Pré-pagamento	5,61%	USD	Libor	2019 - 23	5.048.964	5.803.330	3.084.877	4.992.782
144-A	7,14%	USD	-	2020 - 24	153.432	150.699	8.331.310	8.201.753
Nota de crédito - importação	4,44%	USD	Libor	*	98.641	98.314	-	-
FINIMP	5,09%	USD e EUR	Libor e Euribor	2019	15.682	10.684	4.658	19.031
Capital de giro - Euros/Dólares americanos	2,38%	USD e EUR	Libor e Euribor	2023	29.957	859	58.643	78.898
					10.402.452	13.817.724	11.479.488	13.292.464
Em moeda nacional								
FINAME	7,90%	BRL	TJLP	2019 - 25	53.599	80.103	96.183	153.610
FINEP	5,54%	BRL	-	2019 - 25	25.971	25.828	86.531	83.706
JBS Mortgage	5,80%	USD	-	2020	622	583	6.123	6.649
Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	3,12%	USD	Libor	2019	13.808	375	1.933.926	-
Term loan JBS Lux 2018	-	-	-	-	-	3.891	-	1.321.490
Term loan JBS Lux 2020	-	-	-	-	-	18.437	-	1.551.996
Term loan JBS Lux 2022	4,10%	USD	ABR e Libor	2022	107.278	55.929	9.056.728	3.790.428
Term loan Five Rivers 2019	4,07%	USD	Libor	2019	276.456	16.954	-	275.984
Notas 6,25% Moy Park 2021	6,25%	GBP	-	2021	8.022	7.278	1.317.011	1.191.331
Notas 8,25% JBS Lux 2020	8,25%	USD	-	2020	79.600	75.807	2.298.881	2.256.901
Notas 7,25% JBS Lux 2021	7,25%	USD	-	2021	22.984	18.870	3.768.904	3.703.058
Notas 5,875% JBS Lux 2024	5,87%	USD	-	2024	67.212	64.224	2.466.501	2.427.814
Notas 5,75% JBS Lux 2025	5,75%	USD	-	2025	7.608	5.153	2.956.088	2.909.617
Notas 5,75% PPC 2025	5,75%	USD	-	2025	42.005	26.288	2.477.272	1.616.308
Notas 5,875% PPC 2027	5,88%	USD	-	2027	29.798	-	1.962.329	-
Linha de crédito PPC - Term loan	2,61%	USD	ABR e Libor	2022	147.285	636	2.447.920	1.604.572
Linha de crédito PPC - Crédito rotativo	2,84%	USD	Libor	2022	324	-	216.208	-
Marshalltown	2,34%	USD	-	2046	63	52	32.395	31.633
Capital de giro - Reais	10,54%	BRL	CDI e TJLP	2019 - 21	121.667	435.540	22.531	16.384
Capital de giro - Dólares Americanos	3,83%	USD	Libor	*	112.472	362.725	-	132.808
Capital de giro - Euros	1,51%	EUR	Euribor	2019 - 23	90.706	176.187	10.648	14.563
Capital de giro - Pesos Argentinos	-	-	-	-	-	74.521	-	-
Nota de crédito - exportação	9,03%	BRL	CDI	2019 - 22	1.603.518	1.368.804	528.520	1.317.098
Nota de crédito - importação	3,96%	USD e EUR	Libor e Euribor	*	187.462	315.495	-	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	10,15%	BRL	-	*	1.725	1.865	-	1.708
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	17,99%	BRL	-	2020 - 22	10.059	4.371	30.680	11.988
CCB	9,00%	BRL	UM BNDES	2019 - 24	3.009	10.781	18.994	6.092
ACC - Adto. de contrato de câmbio	3,82%	USD	Libor	*	126	922	-	-
Custeio Pecuário	11,11%	BRL	-	*	100.630	1.137.628	-	-
Linha de crédito canadense & crédito rotativo	3,70%	CAD	CDOR, RBC e Libor	2021	7	-	(533)	244.902
Linha de crédito canadense - term loan	-	-	-	-	-	2.415	-	30.678
Linha bancária canadense	-	-	-	-	-	8.076	-	-
Linha de crédito mexicana	8,34%	MEX\$	TIEE	2019	1.813	46	252.424	75.950
Outros	2,05%	GBP e EUR	Libor e Euribor	2019	7.770	31.310	32.848	41.864
					3.123.599	4.331.094	32.019.112	24.819.132
					13.526.051	18.148.818	43.498.600	38.111.596

* Saldos classificados no circulante têm seus vencimentos entre 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Taxa Anual: Refere-se ao custo médio ponderado nominal de juros na data base. Os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxa fixa ou indexados às taxas: CDI, TJLP, UMBNDES, LIBOR e EURIBOR, entre outros.

A disponibilidade das linhas de créditos rotativos era de R\$3,3 bilhões (US\$1,0 bilhões) e R\$5,5 bilhões (US\$1,7 bilhões) em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	31.12.17	
	Controladora	Consolidado
2019	618.123	3.336.313
2020	4.368.139	7.003.303
2021	874.216	6.213.806
2022	847.398	11.915.532
Vencimentos após 2022	5.126.282	15.029.646
	11.834.158	43.498.600

Evento subsequente: Em 15 de fevereiro de 2018, a subsidiária JBS USA concluiu a emissão de Notas Sênior (bonds) em um montante total de US\$900.000, com cupom de 6,75% e vencimento em 2028. Os recursos captados serão utilizados para as necessidades usuais de fluxo de caixa da subsidiária.

a. Acordos de Preservação de Linhas de Crédito

Conforme divulgado ao Mercado em 25 de julho de 2017 a Companhia anunciou a celebração de Acordos de Preservação de Linhas de Crédito ("Acordos") com certas instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Durante o período de estabilização, a JBS Brasil, composta pela Companhia e determinadas sociedades controladas operacionais no Brasil, juntamente com sua divisão global de couros, efetuará o pagamento integral dos juros incorridos nos termos dos contratos originais, bem como o pagamento de quatro parcelas de 2,5% do montante principal do endividamento em questão sendo o primeiro no início de tal acordo e os demais em 90, 180 e 270 dias. Simultaneamente à negociação com as diversas instituições financeiras credoras acerca do período de estabilização, a JBS Brasil também celebrou um acordo que prevê a renegociação das dívidas com o Grupo Itaú Unibanco, de forma que 40% do saldo devedor total serão pagos tal como originalmente contratados, renovando-se o prazo de pagamento dos 60% remanescentes, nas condições originais, para 12 meses a contar dos respectivos vencimentos.

Nos Acordos, a JBS Brasil assegura o cumprimento dos seguintes instrumentos: i. Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças para cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios derivados das operações de mercado interno; ii. Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Estoque e Ativo Biológico e Outras Avenças para alienação fiduciária da totalidade dos estoques e ativos biológicos; e iii. instrumentos regidos pelas legislações do Estado de Nova Iorque, da Holanda, das Ilhas Cayman, da Alemanha e do Reino Unido para constituição de garantia sobre os direitos creditórios derivados das operações de mercado externo, e estoques e ativos biológicos localizados nessas jurisdições, conforme aplicável.

A Companhia realizou a amortização da primeira, segunda e terceira parcela dos 2,5% do montante principal das dívidas conforme previsto nos Acordos, e demais pagamentos dos juros incorridos nos termos dos acordos originais. Extraordinariamente, fez a quitação de dívidas quando do recebimento de recursos advindos do seu plano de desinvestimento.

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com indicador de alavancagem de 3,38 x o EBITDA, atendendo aos quesitos dos Acordos.

Evento subsequente: Em fevereiro de 2018, a Companhia realizou a amortização antecipada da quarta parcela do Acordo de Preservação de Linhas de Crédito.

17.1 Garantias e restrições contratuais ("covenants")

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento	Saldo em 31.12.17
144 - A: JBS S.A. Notas 2020	- JBS S.A.	Restrições contratuais de praxe que podem limitar a capacidade da Companhia e de algumas das controladas, dentre outras coisas, em: - incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a 4,75/1,0; - criar ônus; - vender ou alienar ativos; - celebrar transações com partes relacionadas; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); - alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas; e - declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se: i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas; ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas; e iii) o valor total a ser pago não exceda US\$30 milhões ou a. 50% do lucro líquido agregado apurado em base cumulativa durante o período (conforme indicado na escritura), ou se o lucro líquido agregado for prejuízo, menos 100% do valor do prejuízo, mais b. 100% do caixa recebido com a emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes à data de emissão das Notas, mais c. 100% do valor de mercado de propriedades, que não sejam caixa, recebidas a partir da data de emissão ou venda de suas participações acionárias ou outras contribuições de capital subsequentes à data de emissão das Notas.	A escritura das Notas prevê os eventos de inadimplemento de praxe (1). Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas. As notas são dívidas quirografárias.	3.347.965
144 - A: JBS S.A. Notas 2023				2.616.189
144 - A: JBS S.A. Notas 2024				2.520.587

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	<ul style="list-style-type: none"> - JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - Burcher Pty. Limited; - JBS USA Food Company Holdings; - JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding S.à r.l.; - JBS Luxembourg S.à r.l.; - JBS USA Holding Lux; - Todas as controladas nacionais (americanas) da JBS USA (com exceção da JBS Five Rivers, JBS Wisconsin Properties LLC e algumas outras controladas não materiais); - Todas as controladas materiais da JBS Austrália são garantidoras dos empréstimos da JBS Austrália. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os empréstimos contêm garantia de primeira prioridade sobre recebíveis, estoques de produtos acabados e estoques de insumos. - Os empréstimos contêm representações de praxe e uma cláusula restritiva que requer um índice de cobertura do serviço da dívida mínimo de 1,00 para 1,00. Este índice é aplicável somente se a disponibilidade dos empréstimos for menor que o maior entre 10% do valor máximo dos empréstimos e US\$70 milhões. - Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a JBS Lux e algumas de suas controladas, dentre outras coisas, em: <ul style="list-style-type: none"> - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus em imobilizado, receitas e ativos; - fazer certos investimentos e empréstimos; - vender ou alienar ativos; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - entrar em joint ventures (exceto quando permitido) ou criar outras controladas; - criar novas linhas de negócios; - celebrar transações com partes relacionadas; - restringir controladas em distribuir dividendos; - dar garantias reais em favor de outros credores; e - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback). 	<p>Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ e inclui o descumprimento da manutenção dos documentos de garantias e da prioridade. Se um evento de inadimplemento acontecer, os devedores podem, dentre outras opções, encerrar o compromisso, declarar todo o saldo a ser devido e pago, juntamente com os juros acumulados.</p>	1.947.734 (disponibilidade até R\$3,0 bilhões (US \$900 milhões))
Term loan JBS Lux 2022	<ul style="list-style-type: none"> - JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; - Burcher Pty Limited; - JBS USA Food Company Holdings; - JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding; S.à r.l - JBS Luxembourg S.à r.l.; e - Cada uma das subsidiárias que garantem a Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux (sujeita a certas exceções). 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de primeira prioridade sobre todos os ativos fixos da JBS Lux e de certas controladas da JBS Lux. - Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a JBS Lux e algumas de suas controladas, dentre outras coisas, em: <ul style="list-style-type: none"> - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus em imobilizado, receitas e ativos; - fazer certos investimentos e empréstimos; - vender ou alienar ativos; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - entrar em joint ventures (exceto quando permitido) ou criar outras controladas; - criar novas linhas de negócios; - celebrar transações com partes relacionadas; - restringir controladas em distribuir dividendos; - dar garantias reais em favor de outros credores; e - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback). 	<p>Eventos de inadimplemento de praxe⁽¹⁾, listadas sob a Linha Rotativa Alterada e Retificada.</p>	9.164.006
Notas 8,25% JBS Lux 2020	<ul style="list-style-type: none"> - JBS S.A.; - JBS Global Luxembourg S.à r.l.; 	<p>Existem covenants que podem restringir a JBS Lux e algumas de suas controladas, dentre outras coisas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - vender ou alienar ativos; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; 	<p>A escritura das Notas prevê os eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas. As notas são dívidas quirografárias.</p>	2.378.481
Notas 7,25% JBS Lux 2021	<ul style="list-style-type: none"> - Burcher PTY Limited; - JBS USA Food Company Holdings; - JBS USA Food Company; - JBS Ansembourg Holding; S.à r.l 	<ul style="list-style-type: none"> - permitir a restrição da distribuição de dividendos ou outros pagamentos restritos por suas controladas restritas; - pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; - celebrar transações com partes relacionadas; - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e - realizar uma mudança de controle sem fazer uma oferta de recompra das notas. 		3.791.888
Notas 5,875% JBS Lux 2024	<ul style="list-style-type: none"> - JBS Luxembourg S.à r.l.; e - Cada uma das subsidiárias que garantem a Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux (sujeita a certas exceções). 	<p>Existem restrições que limitam a JBS S.A. a incorrer em endividamento (sujeito à algumas exceções) ao menos que o índice de dívida líquida/EBITDA seja menor que 4,75 para 1,00.</p>		2.533.713
Notas 5,75% JBS Lux 2025		<p>Complementarmente, existem restrições à habilidade da JBS S.A. em pagar dividendos e outras distribuições.</p>		2.963.696
Notas 5,75% PPC 2025	<ul style="list-style-type: none"> - PPC; - Uma das controladas da PPC. 	<p>Existem covenants que podem restringir a PPC e algumas de suas controladas, dentre outras coisas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - vender ou alienar ativos; - celebrar transações com partes relacionadas; e - consolidar ou celebrar fusão ou alienar substancialmente todos os ativos da PPC. 	<p>Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas. As notas são dívidas quirografárias.</p>	2.519.277
Notas 5,875% PPC 2027				1.992.127

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Linha de crédito PPC - Term loan		- Garantia de primeira prioridade nas: i) contas a receber e estoques da PPC e suas controladas não-mexicanas, ii) 100% da participação societária nas controladas domésticas da PPC, To-Ricos Ltd. e To-Ricos Distribution Ltd., e 65% das participações societárias da PPC nas controladas diretas estrangeiras, iii) substancialmente a totalidade das propriedades e intangíveis pessoais dos credores e garantidores e iv) substancialmente a totalidade do imobilizado da PPC e dos garantidores.		2.595.205
Linha de crédito PPC - Crédito rotativo	- PPC; - Algumas controladas da PPC.	Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a PPC e algumas de suas controladas, dentre outras coisas em: - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - vender ou alienar ativos; - celebrar transações com partes relacionadas; e - consolidar ou celebrar fusão ou alienar substancialmente todos os ativos da PPC. Complementarmente, é requerido que os fundos recebidos pela venda de certos ativos e captação por certas linhas de endividamento, devem ser utilizados para pagar o saldo da Linha de Crédito EUA - PPC. Ainda, a PPC não pode incorrer em dispêndios de capital acima de US\$500 milhões em qualquer ano fiscal.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .	216.532 (disponibilidade até R\$2,5 bilhões (US \$750 milhões))
Term loan Five Rivers 2019	- JBS Five Rivers; - J&F Oklahoma.	- Garantia de certos ativos fixos, contas a receber e estoques da JBS Five Rivers e contas a receber e estoques da J&F Oklahoma; - Restrições contratuais de praxe que limitam a habilidade da JBS Five Rivers e suas controladas restritas de, entre outras coisas, incorrer em endividamento adicional, fazer certas aquisições, venda ou alienação de certos ativos.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ , e inclui o descumprimento da manutenção dos documentos de garantias e da prioridade.	276.456
Linha de crédito canadense - term loan		- Garantia de primeira prioridade sobre contas a receber, produtos acabados, ingredientes para alimentação, ativos biológicos, estoques de insumos e ativos fixos da JBS Canada; - Os empréstimos contêm uma cláusula restritiva que requer um índice de cobertura do serviço da dívida mínimo de 1,00 para 1,00. Este índice é aplicável somente se a disponibilidade dos empréstimos for menor que o maior entre 10% do valor máximo dos empréstimos e CAD\$10 milhões por 5 dias úteis consecutivos. Adicionalmente, existem covenants que podem restringir a JBS Canada em: - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus em imobilizado, receitas e ativos; - fazer certos investimentos e empréstimos; - vender ou alienar ativos; - pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas; - pagar antecipadamente ou cancelar certos endividamentos; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - entrar em joint ventures (exceto quando permitido) ou criar outras controladas; - criar novas linhas de negócios; - celebrar transações com partes relacionadas; - restringir controladas em distribuir dividendos; - dar garantias reais em favor de outros credores; e - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback).	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ . Se um evento de inadimplemento acontecer, os devedores podem, dentre outras opções, encerrar o compromisso, declarar todo o saldo a ser devido e pago, juntamente com os juros acumulados.	
Linha de crédito canadense & crédito rotativo	- JBS USA Holding Lux; - JBS S.A.			526 (disponibilidade até R\$290 milhões (CAD110 milhões))
Notas 6,25% Moy Park 2021	- Moy Park (Newco) Limited; - Moy Park Limited; - O'Kane Poultry Limited; - Outras subsidiárias materiais (conforme definição da escritura).	Restrições contratuais de praxe que podem limitar a capacidade da Moy Park e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em: - incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a 3,5/1,0 e a relação dívida líquida sênior/EBITDA não seja inferior 3,0/1,0; - criar ônus; - vender ou alienar ativos; - celebrar transações com partes relacionadas; - consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade; - celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); - fazer certos investimentos; - alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas; e - declarar ou pagar quaisquer dividendos ou realizar quaisquer distribuições relacionadas a títulos emitidos através da Moy Park.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ . Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas. As notas são dívidas quirografárias.	1.325.033

⁽¹⁾ Eventos de inadimplemento de praxe incluem o descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida linha de crédito, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas controladas, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência.

A Companhia declara que estava em conformidade com todas as restrições contratuais em 31 de dezembro de 2017.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18 Arrendamento financeiro e operacional

Os arrendamentos nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro, onde são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, os arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais, e são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

a. Arrendamentos operacionais (Reconhecidos como despesa):
Na Controladora

A Controladora possui contratos de arrendamento operacional de complexos industriais, curtumes e centros de distribuição nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

No Consolidado

A JBS USA possui contratos de arrendamento operacional de armazéns, escritórios comerciais e instalações de manutenção de veículos nos Estados Unidos da América, bem como escritórios de marketing na Ásia, centros de distribuição e armazéns na Austrália e dois escritórios no México. Adicionalmente, a JBS USA arrenda equipamentos, veículos de transporte rodoviário e outros ativos.

A Seara Alimentos através de sua controlada JBS Aves é arrendatária de unidades produtoras nos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais com prazo superior a um ano não canceláveis, são apresentados a seguir:

	31.12.17	
	Controladora	Consolidado
Para os exercícios findos em:		
2018	17.171	469.618
2019	17.594	395.897
2020	18.161	302.893
2021	18.755	260.494
2022	19.377	220.457
Acima de 2022	24.492	365.892
Total	115.550	2.015.251

b. Arrendamentos financeiros (Reconhecidos como ativo):
No Consolidado

A JBS USA possui contratos de locação referente a veículos comerciais e máquinas e equipamentos e, a Seara possui contrato de locação referente a um imóvel no estado de Minas Gerais. O valor contábil registrado no ativo imobilizado está abaixo detalhado:

	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	31.12.17	31.12.16
Contratos de locação	10 anos	229.749	(83.797)	145.952	69.454

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos financeiros com prazo superior a um ano não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Valor presente	Ajuste a valor presente	Pagamentos futuros
Para os exercícios findos em:			
2018	26.119	2.788	28.907
2019	16.411	2.350	18.761
2020	9.692	2.128	11.820
2021	6.143	2.161	8.304
2022	5.790	2.451	8.241
Acima de 2022	41.246	13.828	55.074
Total	105.401	25.706	131.107

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19 Obrigações fiscais

Obrigações fiscais são compostas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	905.484	74.958
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	-	-	638	19.536
ICMS / VAT / GST a recolher	21.031	22.003	61.075	72.409
PIS e COFINS a recolher	58.074	71.172	72.973	80.566
Parcelamentos fiscais	798.350	113.643	853.988	190.095
Outros	49.736	30.053	285.820	292.118
	927.191	236.871	2.179.978	729.682
Desmembramento:				
Passivo circulante	259.803	165.030	1.392.755	500.930
Passivo não circulante	667.388	71.841	787.223	228.752
	927.191	236.871	2.179.978	729.682

Decreto 8.426/15 - PIS/COFINS Receitas Financeiras: Em julho de 2015, a Companhia e suas subsidiárias impetraram Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade dos débitos de PIS e COFINS decorrentes de incidência destas contribuições sobre as receitas financeiras, conforme determinado no Decreto 8.426/15, o qual restabeleceu para 4,65% a alíquota combinada de referidas contribuições incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possui registrada na rubrica de Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais a provisão no montante de R\$54.154 e R\$69.165 na Controladora, respectivamente, e R\$67.539 e R\$74.599 no Consolidado, respectivamente, relativa ao PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

Parcelamentos fiscais - Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): A Companhia, conforme comunicado ao Mercado em 7 de novembro de 2017, com base na Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, regulamentadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil ("RFB") nº 1711, de 16 de junho de 2017 e nº 1733 de 31 de agosto de 2017 e pela Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") nº 690, de 29 de junho de 2017, decidiu aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), relacionado a débitos de INSS, PIS, COFINS, e IR/CSLL da Companhia inscritos ou não na dívida ativa da União.

O valor nominal dos débitos incluídos no PERT soma R\$4,2 bilhões, incluindo as reduções previstas na respectiva Medida Provisória, sendo que (i) 20% do valor bruto dos débitos foi pago até dezembro de 2017, totalizando R\$1,1 bilhão; (ii) os débitos no âmbito da RFB serão quitados à vista com a utilização de créditos tributários no montante de R\$1,6 bilhões, conforme permissão estabelecida nas regras do parcelamento, a Companhia utilizou-se de créditos próprios e de demais empresas do grupo econômico, sendo que nessa operação foi gerado um deságio (ganho) de R\$76 milhões (Essas transações foram aprovadas unanimemente pelo Comitê de Partes Relacionadas); e (iii) os débitos de competência da PGFN serão quitados em 145 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018, totalizando R\$1,5 bilhões. Para estes débitos, o valor parcelado considera reduções de 80% dos juros de mora, 50% das multas de mora e de ofício e 100% dos encargos legais. Os valores parcelados sofrerão atualização pela taxa SELIC.

Considerando o efeito líquido entre os débitos incluídos no PERT, incluindo as reduções pelo programa, e as provisões já constituídas, a Companhia apurou um impacto negativo contabilizado no lucro líquido do terceiro trimestre de R\$2,3 bilhões, sendo i) R\$1,8 bilhões como despesas registradas em Administrativas; ii) R\$0,9 bilhão como despesas no resultado financeiro; e, iii) R\$435 milhões como receita em impostos diferidos pela constituição de prejuízos não contabilizados.

Os efeitos do PERT foram reconhecidos no trimestre findo em 30 de setembro de 2017, visto que a definição de adesão e dos débitos a serem incluídos já havia sido tomada naquela época, e os montantes já eram conhecidos e mensuráveis de forma confiável, ficando a Administração naquele momento no aguardo da conversão da Medida Provisória em Lei, o que ocorreu em 24 de outubro de 2017. O PERT foi registrado e segregado entre despesa administrativa (principal e multa) e resultado financeiro (juros), por tratar-se de discussões tributárias relativas a anos anteriores e não haver benefício em avaliar eventual segregação em outras linhas na demonstração de resultado.

Parcelamentos fiscais - Autos de infração nos Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia: A Companhia recebeu no quarto trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 auto de infração nos Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia decorrente de irregularidades identificadas na apuração de crédito presumido de ICMS, além do não cumprimento das condicionantes dos TAREs (Termo de Ajuste de Regime Especial), cujo valor atualizado por juros e multas totaliza R\$441.012. Os referidos autos de infração foram contabilizados no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, entre despesas Administrativas e Financeiras, nos montantes de R\$388.589 e R\$52.423, respectivamente.

No Estado de Mato Grosso do Sul o valor total líquido dos débitos soma R\$163.936, incluindo as reduções previstas em Lei, sendo que R\$23.996 foram pagos em dezembro de 2017 e o saldo de R\$139.940 serão quitados em 99 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018.

No Estado de Rondônia o valor líquido dos débitos soma R\$277.076, incluindo as reduções previstas em Lei, que serão quitados em até 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20 Obrigações trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Salários e encargos sociais	234.685	231.813	1.075.368	962.353
Férias, 13º salário e encargos a pagar	186.092	177.402	2.051.375	1.935.581
Parcelamentos fiscais	1.580.839	618	1.593.079	27.472
Outros	5.288	2.463	136.194	107.193
	2.006.904	412.296	4.856.016	3.032.599
Desmembramento:				
Passivo circulante	572.066	412.296	3.007.816	2.595.381
Passivo não circulante	1.434.838	-	1.848.200	437.218
	2.006.904	412.296	4.856.016	3.032.599

Parcelamentos de encargos sociais: Conforme descrito na nota explicativa 19, com a adesão ao PERT, a rubrica de Obrigações trabalhistas e sociais sofreu um aumento na linha de parcelamentos trabalhistas e sociais na Controladora de R\$643.554 no curto prazo e de R\$1.393.844 no longo prazo, totalizando R\$2.037.397, e no Consolidado de R\$643.554 no curto prazo e de R\$1.393.844 no longo prazo, totalizando R\$2.037.397, devido ao impacto da provisão do parcelamento. O saldo de parcelamentos de encargos sociais já está apresentado líquido da compensação de R\$188.139 proveniente de créditos tributários, uma vez que a compensação reflete a essência da operação e o efeito esperado no fluxo de caixa futuro.

Eventos subsequentes: A Companhia quitou o INSS dos meses de Agosto a Dezembro de 2017, no montante de R\$169.258 com créditos de PIS/COFINS homologados. Essa quitação de ofício ainda não havia sido homologada pela RFB e em Fevereiro de 2018 a Companhia aderiu a um programa de parcelamento ordinário desse saldo, com multa e juros, totalizando R\$206.571, sendo pago 10% de entrada e o residual em 59 parcelas. Com esse parcelamento os créditos de PIS/Cofins voltam a constar no ativo da Companhia.

21 Dividendos declarados

O Estatuto social da Companhia requer que os dividendos não sejam inferiores a 25% do lucro líquido do exercício atribuível a participação dos controladores; portanto, a Companhia registra a obrigação no final do exercício para os dividendos mínimos obrigatórios. Dividendos a pagar são reconhecidos no passivo em 31 de dezembro de cada ano.

	31.12.17	31.12.16
Dividendos declarados em 2013 - Residual	-	251
Dividendos declarados em 2014 - Residual	447	532
Dividendos declarados em 2015 - Residual	131	368
Dividendos declarados em 2016 - Residual	12	89.352
Dividendos declarados em 2017	126.873	-
	127.463	90.503

O montante de dividendos residuais de anos anteriores correspondem a valores ainda não pagos por falta de atualização bancária junto aos bancos e corretoras. Esta pendência por parte de alguns acionistas minoritários impede a concretização do pagamento. A Companhia enviou notificação aos referidos acionistas para que atualizem as informações de forma que o saldo seja quitado.

O passivo será mantido durante o período legal no curto prazo, visto que uma vez que o cadastro esteja atualizado, a quitação é automática.

A Companhia provisionou em 31 de dezembro de 2017 dividendos de R\$126.873 (R\$89.352 em 31 de dezembro de 2016), conforme cálculo demonstrado a seguir:

	31.12.17	31.12.16
Lucro líquido do exercício	534.202	375.973
Reserva legal - (5%)	(26.710)	(18.800)
Dividendos prescritos	-	230
Base ajustada para cálculo dos dividendos	507.492	357.403
Dividendos obrigatórios (25%)	126.873	89.352
Dividendos declarados	126.873	89.352

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22 Compromissos com terceiros para investimentos

São reconhecidos nessa linha os passivos relacionados a aquisição de unidades industriais e/ou passivos decorrentes de aquisição de empresas. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante; caso contrário, é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos.

Empresa	Descrição das aquisições	Circulante		Não circulante	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
JBS	- Ativos imobilizados e outros complexos industriais.	7.659	7.659	24.827	31.427
Seara	- Aquisição de ativos imobilizados e complexos industriais Ana Rech.	4.022	48.583	-	4.000
	- Aquisição de ativos da Seara.	24.886	41.689	-	28.897
	- Aquisição da empresa Agrovêneto.	1.331	-	8.275	11.614
	- Aquisição da empresa Frinal.	-	13.883	-	-
	- Aquisição da empresa Sul Valle.	443	655	-	-
	- Aquisição da empresa Novagro.	-	8.351	2.193	2.386
	- Aquisição de ativos da empresa Céu Azul.	84	84	-	-
	- Aquisição de ativos da empresa Rigor.	-	19.148	-	-
	- Aquisição dos ativos da Tramonto.	3.324	3.323	554	3.878
	- Aquisição da planta de Trindade do Sul.	15.328	-	-	-
	- Aquisição da planta de Jundiá.	16.079	16.016	4.019	19.943
	- Aquisição da planta de Mato Castelhana.	-	1.723	-	-
Total		73.156	161.114	39.868	102.145

23 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior são tributadas conforme a legislação fiscal vigente em cada país. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com base nas alíquotas de imposto de renda vigentes na data do balanço.

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos.

A alíquota efetiva é calculada com base na legislação fiscal vigente de cada período e em cada País onde a Companhia opera. A Administração avalia periodicamente seu posicionamento frente às questões tributárias sujeitas a interpretações diversas e reconhece, quando necessário, provisão para eventual pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa CSLL e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinação de negócios.

Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia, e de suas controladas, quando aplicável.

Os impostos diferidos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e quando estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a Lei nº 12.973/14, o resultado das subsidiárias no exterior deverá ser tributado à taxa nominal de 34%, e o imposto pago no exterior por essas subsidiárias poderá ser creditado no Brasil.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		Reapresentado		Reapresentado
Resultado antes da tributação	(81.673)	(621.652)	1.151.756	290.825
Alíquota nominal	(34)%	(34)%	(34)%	(34)%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	27.769	211.362	(391.597)	(98.881)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.692.976	702.341	6.334	5.951
Subvenções a produção domésticas	-	-	156.264	94.976
Diferença de alíquotas sobre resultados de controladas exterior	-	-	423.774	173.222
Lucros auferidos no exterior	(534.000)	103.344	(534.000)	103.344
Ajuste de preço de transferência	(9.548)	(6.948)	(9.548)	(6.948)
Imposto diferido ativo não constituído	(11.539)	-	(104.998)	(136.779)
Dividendos pagos no exterior	-	-	(1)	(131.310)
Imposto de renda retido na fonte - Subsidiárias no exterior	-	-	(11.316)	(87.995)
Plano de outorga de opções	(26.697)	(41.716)	(38.670)	(41.716)
Juros não tributados - Subsidiárias no exterior	-	-	178.353	269.781
Contabilização de imposto diferido de anos anteriores ⁽²⁾	-	-	435.963	-
Tributação de empresas com dupla jurisdição - Subsidiárias no exterior	-	-	330.110	251.681
Realização de outros resultados abrangentes - Programa de desinvestimento	(225.215)	-	(225.215)	-
Multas s/ infrações e/ou parcelamentos fiscais	(182.694)	(4.223)	(182.704)	(6.340)
Baixa de imposto diferido - Combinação de negócios Moy Park	(72.467)	-	(72.467)	-
Outras diferenças permanentes	(42.710)	(108.945)	(86.569)	(114.723)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	615.875	855.215	(126.287)	274.263
Imposto de renda e contribuição social correntes	649.610	943.794	(1.274.652)	(286.818)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.735)	(88.579)	1.148.365	561.081
	615.875	855.215	(126.287)	274.263
Alíquota efetiva	754,07 %	137,57 %	(10,96)%	94,31 %

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		Reapresentado		Reapresentado
Ajustes para conciliação da alíquota efetiva ⁽¹⁾				
Amortização de ágio - Diferido	-	-	10.972	17.306
Contabilização de imposto diferido do ano corrente	-	-	(553.126)	(422.458)
Imposto diferido ativo não constituído	(11.539)	-	(104.998)	136.779
Dividendos pagos no exterior	-	-	1	131.310
Imposto de renda retido na fonte - Reestruturação Luxemburgo	-	-	11.316	87.995
Contabilização de imposto diferido de anos anteriores ⁽²⁾	-	-	(435.963)	-
Baixa de imposto diferido - Combinação de negócios Moy Park	72.467	-	72.467	-
IR/CS sobre realização da reserva de reavaliação	(2.890)	(2.656)	(62.476)	(61.757)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL corrente e diferido - AJUSTADA	673.913	852.559	(1.188.094)	163.438
Alíquota efetiva	825,14%	137,14%	(103,16)%	56,20%

⁽¹⁾ - A Companhia entende que devido à origem e não recorrência de determinados eventos, para fins de cálculo e divulgação da alíquota efetiva, devem ser excluídos: i) Efeitos do imposto diferido sobre a amortização de ágio; ii) Contabilização de imposto diferido do ano corrente, iii) Diferidos não constituídos sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa, iv) IR e CS sobre realização da reserva de reavaliação (pois não tem relação com o lucro operacional), v) imposto corrente sobre dividendos pagos no exterior (uma vez que a despesa não esteja relacionada à atividade da Companhia), e vi) Contabilização de imposto diferido de anos anteriores.

⁽²⁾ - Devido a adesão ao PERT, conforme descrito na nota 19, com possibilidade de utilização de créditos tributários a Companhia e suas controladas reconheceram impostos diferidos ativos de prejuízo fiscal e base negativa não constituídos em anos anteriores no montante de R\$435.963.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora			
	31.12.17	Reconhecido no resultado	Demais ajustes ⁽³⁾	31.12.16
				Reapresentado
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	20	(136.955)	136.935
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	61.111	24.307	-	36.804
Provisão para contingência	175.077	34.427	-	140.650
Ajuste a valor presente - Clientes	915	(812)	-	1.727
Demais diferenças temporárias ativas	13.073	1.990	-	11.083
Amortização de ágio	(1.916.521)	-	-	(1.916.521)
Ajuste a valor presente - Fornecedores	(3.132)	2.134	-	(5.266)
Realização reserva de reavaliação / deemed cost	(272.982)	-	2.891	(275.873)
Baixa de Imposto Diferido - Combinação de Negócios Moy Park	-	(72.468)	72.468	-
Demais diferenças temporárias passivas	(23.333)	(23.333)	-	-
Total líquido	(1.965.792)	(33.735)	(61.596)	(1.870.461)

	Consolidado				
	31.12.17	Reconhecido no Resultado	Variação Cambial	Demais Ajustes ⁽³⁾	31.12.16
					Reapresentado
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	871.991	553.125	(190)	(1.038.903)	1.357.959
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	72.559	24.420	202	-	47.937
Provisão para contingência	335.993	91.379	474	-	244.140
Ajuste a valor presente - Clientes	1.292	(3.761)	-	-	5.053
Valorização de estoques - Subsidiárias no exterior	130.343	(50.310)	971	-	179.682
Créditos tributários - Subsidiárias no exterior	92.433	(2.856)	1.546	-	93.743
Regras para criação de animais - Subsidiárias no exterior	45.939	(27.847)	327	-	73.459
Provisão para seguros - Subsidiárias no exterior	-	(65.023)	(234)	-	65.257
Provisão para seguros de acidente de trabalho - Subsidiárias no exterior	106.879	(17.188)	1.190	-	122.877
Plano de pensão - Subsidiárias no exterior	75.489	(53.421)	362	-	128.548
Provisão de contas a pagar - Subsidiárias no exterior	300.228	(54.145)	2.555	-	351.818
Custo reorganização societária Moy Park	13.114	12.874	240	-	-
Demais diferenças temporárias ativas	219.650	(27.650)	2.548	(34.343)	279.095
Amortização de ágio	(2.033.318)	(10.971)	-	-	(2.022.347)
Ajuste a valor presente - Fornecedores	(6.073)	8.360	-	-	(14.433)
Combinações de negócios	(2.310.175)	661.884	(64.112)	(19.288)	(2.888.659)
Provisão para reclamações de clientes - Subsidiárias no exterior	(96.769)	42.258	(1.540)	-	(137.487)
Valorização de estoques - Subsidiárias no exterior	(243.321)	96.397	(4.002)	-	(335.716)
Realização reserva de reavaliação / deemed cost	(683.930)	64.899	-	2.890	(751.719)
Baixa de imposto diferido - Combinação de negócios Moy Park	-	(72.468)	-	72.468	-
Demais diferenças temporárias passivas	(154.658)	(21.592)	(8.446)	(16.482)	(108.138)
Total líquido	(3.262.334)	1.148.364	(68.109)	(1.033.658)	(3.308.931)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
		Reapresentado		Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	-	-	434.861	454.117
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(1.965.792)	(1.870.461)	(3.697.195)	(3.763.048)
	(1.965.792)	(1.870.461)	(3.262.334)	(3.308.931)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

⁽³⁾ - As baixas de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL refere-se a quitação do PERT, conforme demonstrado abaixo:

Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	136.956	602.940
Reconhecimento dos Créditos de Partes Relacionadas - Ativo	1.175.609	420.827
Reconhecimento dos Créditos Não Constituídos - Resultado	-	435.963
Utilização para pagamento do PERT	(1.312.565)	(1.459.730)
Saldo final	-	-

Benefícios de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos

Os benefícios relacionados aos prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social não reconhecidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são R\$678.860 e R\$1.957.636, respectivamente. Esses benefícios são referentes a prejuízos fiscais de empresas que não possuem históricos de lucratividade, ou projeções futuras de lucro e são oriundos principalmente no Brasil e, de acordo com as normas tributárias brasileiras não expiram. Provisões para perdas possíveis relacionadas a imposto de renda são apresentadas na nota 24.

24 Provisão para riscos processuais

A JBS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora					
	31.12.17		31.12.16		01.01.16	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
				Reapresentado		Reapresentado
Trabalhistas	16.692	143.954	16.345	92.485	14.749	74.000
Cíveis	1.004	22.017	820	9.945	775	9.916
Fiscais e previdenciários	1.240	1.654.036	1.285	1.582.384	1.300	1.430.037
Total	18.936	1.820.007	18.450	1.684.814	16.824	1.513.953

	Consolidado					
	31.12.17		31.12.16		01.01.16	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
				Reapresentado		Reapresentado
Trabalhistas	36.437	406.434	34.146	346.546	32.203	408.963
Cíveis	3.501	362.904	3.352	275.947	2.920	280.383
Fiscais e previdenciários	1.922	2.118.812	1.861	2.085.153	1.810	2.160.607
Total	41.860	2.888.150	39.359	2.707.646	36.933	2.849.953

Os saldos iniciais de 2016 foram reapresentados conforme descrito na nota 2 - Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis.

Movimentação das provisões

	Controladora			
	31.12.16	Adições	Pagamentos ou mudança de estimativas	31.12.17
	Reapresentado			
Trabalhista	92.485	276.896	(225.427)	143.954
Cíveis	9.945	100.023	(87.951)	22.017
Fiscais e previdenciários	1.582.384	87.480	(15.828)	1.654.036
Total	1.684.814	464.399	(329.206)	1.820.007

	Consolidado					
	31.12.16	Adições	Pagamentos ou mudança de estimativas	Ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	Variação cambial	31.12.17
	Reapresentado					
Trabalhista	346.546	507.704	(442.706)	(4.993)	(117)	406.434
Cíveis	275.947	192.802	(105.845)	-	-	362.904
Fiscais e previdenciários	2.085.153	186.305	(153.584)	-	938	2.118.812
Total	2.707.646	886.811	(702.135)	(4.993)	821	2.888.150

⁽¹⁾ Referem-se aos saldos das subsidiárias JBS Argentina, JBS Paraguay, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e JBS Food Canada Inc, classificados como ativos disponíveis para venda, conforme o plano de desinvestimento previsto pela Companhia, descrito na nota 12 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures".

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	31.12.15	Adições	Pagamentos ou mudança de estimativas	31.12.16
	Reapresentado			Reapresentado
Trabalhista	74.000	176.982	(158.497)	92.485
Cíveis	9.916	5.886	(5.857)	9.945
Fiscais e previdenciários	1.430.037	200.467	(48.120)	1.582.384
Total	1.513.953	383.335	(212.474)	1.684.814

	Consolidado				
	31.12.15	Adições	Pagamentos ou mudança de estimativas	Variação cambial	31.12.16
	Reapresentado				Reapresentado
Trabalhista	408.963	181.934	(241.744)	(2.607)	346.546
Cíveis	280.383	14.034	(17.352)	(1.118)	275.947
Fiscais e previdenciários	2.160.607	200.502	(273.932)	(2.023)	2.085.154
Total	2.849.953	396.470	(533.028)	(5.748)	2.707.647

Na Controladora:
a. Processos fiscais e previdenciários

a1. ICMS: A Companhia sofreu 259 autuações (231 autuações em 31 de dezembro de 2016) pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$2.144.333 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.902.778 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-las, caso as autuações sejam mantidas. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

a2. INSS: Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001, a JBS impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. Tal sentença foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Companhia interpôs Recurso Extraordinário, o qual foi sobrestado com fundamento no artigo 543-B, §1º, do Código de Processo Civil, até decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, cujo total dos 17 autos de infração (21 autos de infração em 31 de dezembro de 2016), ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$2.480.564 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.356.488 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, tendo em vista que não há decisão final do Mandado de Segurança supra mencionado. Esta matéria foi objeto de decisões favoráveis aos contribuintes, proferidas pelo plenário do Supremo Tribunal Federal - STF para empresas cujas atividades são similares à atividade da Companhia, nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 363.852/MG e 596.177/RS. Em 30 de março de 2017, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do Funrural no julgamento do Recurso Extraordinário nº 718.874/RS, com repercussão geral reconhecida, por maioria de votos. O acórdão em questão ainda não foi publicado, mas por se tratar de ação proposta por produtor rural, a decisão não apreciou a validade ou não da sub-rogação da contribuição pelo adquirente, bem como ainda não é possível saber se haverá modulação dos efeitos da decisão. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em casos semelhantes, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência, considerando a probabilidade de perda como possível.

a3. Outros processos fiscais e previdenciários: Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em outros 952 processos fiscais e previdenciários (1.033 processos fiscais e previdenciários em 31 de dezembro de 2016), em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$157.076 (R\$119.977 em 31 de dezembro de 2016)

a4. Efeitos de Colaboração Premiada: A Companhia recebeu em dezembro de 2017 um auto de infração referente ao ano base de 2012, substancialmente baseado em informações disponibilizadas nos anexos dos acordos de colaboração premiada, conforme descrito na nota explicativa 2.

A partir da adesão ao Acordo de Leniência, a Companhia procedeu a implementação do programa de integridade e investigações internas independentes, efetuando também análises internas e levantamentos sobre os fatos delatados e seus efeitos nas demonstrações contábeis, que incluem as matérias constantes no auto de infração de 2012 e seguindo a mesma lógica para os demais anos, que se trata principalmente de pagamentos sem efetiva prestação de serviços e entrega de insumos e, seus efeitos de IRRF e dedutibilidade dessas despesas, incluindo juros e multa.

Com base nessas análises internas, a Companhia identificou em 31 de dezembro de 2017 (referentes aos exercícios de 2012 a 2017) uma perda estimada de aproximadamente R\$1.496.960 (R\$1.462.407 em 31 de dezembro de 2016), registradas como contingências fiscais. O impacto no resultado do exercício foi de R\$34.553.

a5. Adesão ao PERT: Conforme divulgado ao Mercado, e detalhado na nota explicativa 19 - Obrigações fiscais, a Companhia fez adesão ao PERT no montante de R\$4,1 bilhões, sendo que desse montante, R\$2,6 bilhões estavam inclusos na estimativa possível, e o restante com avaliação de risco entre provável e remoto. Importante ressaltar que parte dos R\$2,6 bilhões de avaliação possível estava registrada na contabilidade como INSS a pagar no montante de R\$2,3 bilhões (que inclui multa e juros), que havia sido compensado contra PIS e COFINS homologado, e vinha sendo discutido junto às autoridades competentes.

No momento da adesão do PERT a compensação do INSS a pagar com o PIS e COFINS foi desfeita, não gerando efeito no resultado. Cabe enfatizar que não houve alteração na estimativa de risco de perda da Companhia referente a esses processos, entretanto, ainda que tais débitos estivessem em discussão e com argumentos técnicos de êxito, a Companhia decidiu por aderir ao PERT tendo em vista os benefícios do programa, como utilização de créditos fiscais, descontos e reduções, prazo estendido para pagamento e o custo da ação judicial (tanto financeiro, quanto o tempo de discussão processual).

b. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em 16.692 ações (16.345 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$1,3 bilhões (R\$1 bilhão em 31 de dezembro de 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$143.954 (R\$92.485 em 31 de dezembro de 2016), relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. As ações são, em sua maioria, movidas por ex-empregados das plantas da JBS e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho com temas relacionados ao setor.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

c. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em 1.004 ações (820 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza cível. Na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$22.017 (R\$9.945 em 31 de dezembro de 2016) sendo que o montante está provisionado.

d. Outros processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, são possíveis de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, para as quais não há provisão constituída no montante de R\$5,6 bilhões (R\$1,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016) que correspondem principalmente ao Funrural e ações trabalhistas, e no Consolidado, no montante de R\$8,6 bilhões (R\$2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

e. Procedimentos Investigatórios e Judiciais Relevantes

A Companhia, e/ou suas respectivas subsidiárias, figuram na condição de investigados em diversos procedimentos investigatórios iniciados ou com desdobramentos relevantes em virtude dos fatos descritos na nota 2 - Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis, conforme apresentado a seguir:

e1. Procedimentos Criminais

Nos procedimentos de investigação criminal e ações penais, as pessoas jurídicas não sofrem sanções penais decorrentes dos fatos, em tese, praticados pelos seus executivos e/ou representantes, sendo que estes sim estão sujeitos às penas da Lei (inclusive privação de liberdade), em caso de comprovação de participação efetiva em fatos ilícitos envolvendo a Companhia e/ou suas respectivas subsidiárias.

- Operação Bullish (inquérito policial) e PIC MPF/RJ: Investigação para apurar supostas irregularidades nos investimentos feitos na JBS pelo BNDESPar, em razão dos "achados" mencionados em acórdão proferido no TCU no ano de 2015; dessa operação originaram-se uma série de ações cautelares que, entre outras, tiveram como objeto a busca e apreensão de documentos da Companhia ou que pudessem ter informações sensíveis à Companhia, assim como o bloqueio de bens dos controladores e seus familiares, sobrevivendo decisão judicial posterior de desbloqueio de todos os bens.

- Operação Carne Fraca (inquérito policial): Investigação para apurar suspeitas de pagamentos indevidos aos servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal - SIF; os inquéritos e ações penais apuram a prática de corrupção de diversas empresas que atuam no setor de agropecuária (frigorífico). Especificamente em relação à Companhia estão sendo investigadas as condutas de funcionários e de ex-funcionários ligados a 1 unidade no estados do Paraná.

- Operação Lama Asfáltica (inquérito policial): Investigação para apurar suspeitas de pagamentos indevidos para obter incentivos fiscais do governo do estado do Mato Grosso do Sul; o inquérito investiga suposta cartelização de empresas que atuam no setor de construção civil, fraudes em procedimentos licitatórios e corrupção de servidores públicos. Em relação especificamente à Companhia, a Polícia Federal declara ter encontrado indícios de pagamentos indevidos a funcionários públicos do Estado do Mato Grosso do Sul em troca de benefícios fiscais concedidos à Companhia naquela localidade.

- Operação Tendão de Aquiles (Ação Penal) na 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo: Suspeitas do cometimento dos delitos de insider trading e manipulação de mercado por parte dos ex-executivos à época dos fatos (que se encontram na condição de réus no processo), em razão de operações realizadas de compra de dólares e com ações, tendo em vista informação, em tese, privilegiada (colaborações premiadas e vazamento).

e2. CPI's

- CPI Senado - Previdência: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos;

- CPI Assembleia Legislativa do MS - Irregularidades fiscais e tributárias do estado de MS: CPI foi constituída para investigar a denúncia realizada pelos executivos da JBS para apuração de irregularidades envolvendo suposta concessão indevida de benefícios fiscais pelo Estado de Mato Grosso do Sul;

- CPMI (mista) do Senado e da Câmara: CPI destinada a investigar os aportes do BNDES na JBS S/A.

e3. Ações Populares

- Ação Popular - 5007526-48.2017.4.03.6100: Suposta irregularidade na realização de operações de câmbio e recompra de ações com uso de informação privilegiada e operações financeiras com o BNDES.

5ª Vara Cível Federal de São Paulo

Autores: Hugo Fizler Chaves Neto e Cristiane Sousa da Silva

Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução de mérito, contra a qual foi apresentado recurso de apelação pelos autores.

- Ação Popular - 1001502-51.2017.4.01.3700: Supostas irregularidades no financiamento por meio de empréstimos contratados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

3ª Vara Cível Federal de São Luis do Maranhão

Autor: Aristoteles Duarte Ribeiro

Em 15 de dezembro de 2017, foi proferida decisão reconhecendo a prevenção do Juízo da 09ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, determinando-se a redistribuição do feito.

- Ação Popular - 5007521-26.2017.4.03.6100: Supostas irregularidades na concessão de apoio financeiro (financiamentos) e favorecimentos indevidos proporcionados pelo BNDESPar ao grupo econômico

9ª Vara Cível Federal de São Paulo

Autor: Walter do Amaral, Paulo Roberto do Amaral e Marcos Rodrigues da Cunha

Em 14 de dezembro de 2017, foi proferida sentença de extinção de processo sem resolução de mérito, já transitada em julgado.

- Ação Popular - 5203744-56.2017.8.09.0051: Questionar Lei Estadual nº 18.459/14, alterada pela Lei Estadual nº 18.709/14, que instituiu o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás (REGULARIZA)

3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO

Autor: Ronaldo Ramos Caiado

Foi apresentada contestação pelas partes demandadas aguarda-se parecer do Ministério Público.

- Ação Popular - 1019930-11.2017.4.01.3400: Suposta irregularidade na realização de operações de câmbio e recompra de ações com uso de informação privilegiada e operações financeiras com o BNDES.

14ª Vara Cível Federal do Distrito Federal

Autor: Roberto Casali Júnior

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

- **Ação Popular - 820215-58.2017.8.12.0001:** Objetiva a declaração de nulidade dos Termos de Acordo de Regime Especial (TARES) n. 1028/2014 e 1103/2016, bem assim a indisponibilidade de bens dos requeridos até o valor equivalente aos prejuízos sofridos pelo Estado.

1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais da Comarca de Campo Grande

Autor: Danny Fabricio Cabral Gomes e Soraya Thronicke

Em 17 de novembro de 2017, foi atribuído efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento para determinar a suspensão dos bloqueios realizados. Aguarda julgamento definitivo do referido agravo.

e4. Ações societárias

- **Tutela cautelar antecedente - 5013681-67.2017.4.03.6100:** Impedimento de Voto do Acionista Controlador (FB Participações), do Banco Original e do Banco Original Agronegócio na Assembleia do dia 01/09/2017, sobre as medidas a serem tomadas pela Companhia em decorrência dos ilícitos confessados em Acordo de Colaboração Premiada e Acordo de Leniência, em especial sobre a adoção das medidas insertas nos artigos 159 e 246 da LSA, bem como, em relação ao contrato de indenidade, itens "ii" e "v" do Edital de Convocação, em razão de suposto conflito de interesses;

8ª Vara Cível Federal de São Paulo

Autores: BNDES Participações S.A. BNDESPAR, Caixa Econômica Federal

Réus: JBS S.A., FB Participações S.A., Banco Original S.A. e Banco Original Agronegócio S.A.

- **Pedido de Tutela de Urgência - 085443-97.2017.8.26.0100:** Determinar aos réus ou a quaisquer das pessoas que sejam por eles indicadas para ocupar os assentos na mesa da assembleia geral que se abstenham de impedir, retardar ou de qualquer modo turbar a possibilidade de os acionistas discutirem e deliberarem a medida prevista no art. 120 da Lei das S.A., caso ela seja suscitada na assembleia geral da JBS, viabilizando-se a votação imediatamente após a matéria ser suscitada; e/ou para determinar que, no âmbito das votações do art. 120 da Lei das S/A e das demais medidas a serem discutidas no contexto do item "ii" da ordem do dia, os Controladores estão terminantemente proibidos de participar das deliberações, nos termos do art. 115, §1º, da Lei das S.A.

2ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

Autor: José Aurélio Val Porto de Sá Júnior.

Réus: JBS S.A.; Tarek Mohamed Noshay Nasr Mohamed Faraht; José Batista Sobrinho; FB Participações S.A.; Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A.

Em 31 de agosto de 2017, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução de mérito, contra a qual foi apresentado recurso de apelação pelo autor.

- **Ação de exibição de documentos com pedido de tutela de urgência e de evidência - 1086689-31.2017.8.26.0100:** Acesso à certidão de assentamento do livro de Registro de Ações Nominativas com os nomes de todos os acionistas e o número de suas ações

2ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Autores: José Aurélio Val Porto de Sá Júnior e Associação dos Investidores Minoritários ADMIN

Ré: JBS S.A.

Em 13 de setembro de 2017, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução de mérito, contra a qual foi apresentado recurso de apelação pelos autores.

- **Procedimento arbitral: 93/17:** Ação de responsabilização por perdas e danos sofridos pela Cia.

Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM BM&F BOVESPA

Requerentes: José Aurélio Val Porto de Sá Júnior e Associação dos Investidores Minoritários ADMIN

Requeridos: FB Participações S.A.; Banco Original S.A.; Banco Original do Agronegócio S.A.; J&F Investimentos S.A.; ZMF Participações Ltda.; WWMB Participações Ltda.; JJMB Participações Ltda.; J&F Participações Ltda.; Pinheiros Fundo de Investimentos em Participações; Wesley Mendonça Batista; Joesley Mendonça Batista; JBS S.A.

- **Procedimento arbitral: 94/17:** Direito de voto dos Requerentes no âmbito de duas deliberações da assembleia geral extraordinária da JBS S.A. convocada para o dia 1.9.2017, cuja realização está atualmente suspensa por ordem judicial;

Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM BM&F BOVESPA

Requerentes: FB Participações S.A., Banco Original S.A. e Banco Original Agronegócio S.A.

Requeridos: BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, Caixa Econômica Federal e JBS S.A.

Adicionalmente, há dois Processos Administrativos Sancionadores em curso na CVM, no qual membros e ex-membros da administração da Companhia são acusados por supostas infrações à regulação de mercado de capitais quanto à divulgação de informações.

A Companhia informa ainda haver processos administrativos não sancionadores em trâmite na CVM, nos quais são analisadas questões relacionadas à Companhia.

Em 8 de dezembro de 2017, foi instaurado Processo Administrativo Sancionador 5388/2017, para apurar eventual responsabilidade da i) Companhia, por supostamente ter sido beneficiária de compras de contratos derivativos de dólar com uso de práticas não equitativas, em infração à Instrução CVM nº 8/1979, II, d, entre os dias 5 e 17 de maio de 2017; e, ii) da subsidiária Seara Alimentos Ltda., por supostamente ter sido beneficiária de compras de contratos derivativos de dólar com uso de práticas não equitativas, em infração à Instrução CVM nº 8/1979, II, d, em 10 de maio de 2017. Ainda, outras partes relacionadas da Companhia fazem parte do referido Processo Administrativo.

Na controlada Seara Alimentos:

a. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 19.710 ações (17.755 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$1.907.986 (R\$1.595.009 em 31 de dezembro de 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Seara Alimentos e suas controladas registraram provisões no montante de R\$262.252 (R\$247.950 em 31 de dezembro de 2016) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Seara Alimentos. As ações, em sua maioria, foram movidas por ex-empregados das plantas da Seara Alimentos e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério do Trabalho com temas relacionados ao setor.

b. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 2.490 ações (2.529 ações em 31 de dezembro de 2016) de natureza cíveis e administrativas, envolvendo o valor total em discussão de R\$1.380.836 (R\$623.212 em 31 de dezembro de 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, registraram-se provisões no montante de R\$340.886 (R\$265.664 em 31 de dezembro de 2016) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por dano moral coletivo, danos morais por protesto indevido, reparação de danos por rescisão de contratos de parceria avícola ou integração de suínos, anulação de marca de indústria ou comércio e reclamação de consumidor - qualidade de produto.

c. Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2017, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 632 (525 em 31 de dezembro de 2016) processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$458.963 (R\$497.098 em 31 de dezembro de 2016).

d. Efeitos de Colaboração Premiada:

Após os trabalhos de análises internas seguindo a mesma metodologia da Controladora, não foram identificados impactos na controlada Seara Alimentos.



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

25 Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de R\$23.576.206, representado por 2.856.857.505 ações ordinárias, sem valor nominal. O valor realizado do capital social no balanço está líquido de gastos no montante de R\$54.865, sendo gastos incorridos em 2010 no montante de R\$37.477 relativos aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, e dos gastos com emissão das debêntures no montante de R\$17.388 em 2011. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 1.375.853.183 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações. A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a Administradores, empregados ou pessoas físicas que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle. Não houve alteração na movimentação de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

b. Reservas de capital:

b1. Ágio na emissão de ações: derivados do IPO no exercício de 2007;

b2. Plano de outorga de opção de compra de ações:

A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações. A Companhia outorga opções de ações a funcionários com o propósito de despertar o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da JBS. Os diretores estatutários, diretores e gerentes gerais são elegíveis ao plano. O Diretor Presidente da Companhia estabelece os critérios de outorga das opções, definindo os colaboradores participantes. A quantidade de ações autorizadas a serem outorgadas sobre o plano é limitada a 2% do capital social da Companhia, e também é limitada a aumentar 0,4% do capital social da Companhia por ano.

O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa em contrapartida da reserva de capital. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido sendo determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. A quantidade de opções a que cada beneficiário tem direito foi calculado com base no preço médio das ações nos três meses anteriores à data da outorga. O plano de outorga de opção de compra de ações possui o prazo máximo de exercício de dez anos variando de acordo com cada contrato individual. Todas as opções devem ser liquidadas pela entrega física de ações.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos e sendo necessário reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. O valor justo médio ponderado de cada opção outorgada foi estimado na data da outorga com base no modelo de precificação de opções Black&Scholes-Merton.

As principais informações relativas aos planos estão demonstrados a seguir:

Outorgas					Premissas de valor justo			
Programa	Quantidade de opções	Valor justo das opções	Preço de exercício em R\$	Expectativa do prazo de exercício	Taxa de juros livre de risco	Volatilidade	Preço da ação na data da outorga	Dividendos esperados
mai-14	2.196.051	R\$ 7,58 a R\$ 7,74	0,00001	1 a 3 anos	10,98% a 12,16%	42,16%	7,80	1,05%
set-14	200.000	R\$ 9,59 a R\$ 9,99	0,00001	1 a 5 anos	11,05% a 11,25%	42,16%	10,10	1,05%
mai-15	1.916.859	R\$ 15,36 a R\$ 15,58	0,00001	1 a 3 anos	13,25% a 13,68%	55,69%	15,66	0,72%
mar-16	3.350.000	R\$11,55	0,00001	Vesting imediato	-	-	11,55	-
abr-16	2.477.651	R\$ 9,85 a R\$ 10,75	0,00003	1 a 3 anos	13,54% a 13,78%	69,19%	11,12	4,45%
jun-16	3.259.890	R\$ 9,20 a R\$ 10,05	0,00001	1 a 3 anos	12,66% a 13,60%	65,98%	11,12	4,45%
nov-16	3.350.000	R\$11,27	0,0000003	Vesting imediato	-	-	11,27	-
nov-16	195.000	R\$ 9,81 a R\$ 10,49	0,0000150	1 a 3 anos	11,42% a 11,60%	50,30%	11,27	3,347%
jan-17	3.700.979	R\$11,90	0,0100000	Vesting imediato	-	-	11,90	-
mai-17	1.004.722	R\$ 11,72 a R\$ 11,82	0,000002	1 a 3 anos	9,31% a 9,64%	46,15%	11,86	0,447%
mai-17	2.315.842	R\$ 11,10 a R\$ 11,15	1,000000	1 a 3 anos	9,31% a 9,64%	46,15%	12,07	0,45%
mai-17	35.876	R\$11,86	0,000030	Vesting imediato	-	-	11,86	-
out-17	3.350.000	R\$8,39	0,0000003	Vesting imediato	-	-	8,39	-
Total	27.352.870							

31.12.17

Programa	Outorga	Data da Aquisição	Opções disponíveis	Prazo de vida remanescente contratual (anos)
mai-15	01/05/15	1/3 ao ano com último vencimento em 01.05.2018	447.166	0,08
mai-16	01/05/16	1/3 ao ano com último vencimento em 01.04.2019	1.109.996	1,08
jun-16	01/06/16	1/3 ao ano com último vencimento em 01.06.2019	1.978.416	1,08
nov-16	17/11/16	1/3 ao ano com primeiro vencimento em 01.01.2019 e com último vencimento em 01.01.2021	195.000	3,08
mai-17	01/05/17	1/3 ao ano com último vencimento em 01.05.2020	942.233	2,42
			4.672.811	

Taxa de juros livre de risco: A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a projeção da BMF para o índice Pré x DI interpolada disponível na data do cálculo e com vencimento equivalente ao prazo da opção.

Volatilidade: A Companhia estimou a volatilidade de suas próprias ações ao calcular a volatilidade histórica ao longo do prazo esperado.

Dividendos esperados: O percentual de dividendos esperados utilizado foi obtido em fonte pública de mercado (Bloomberg) com base na expectativa de pagamento de dividendos por ação para os próximos 12 meses.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A seguir demonstramos a movimentação das opções e o preço médio de exercício das opções:

	31.12.17		31.12.16	
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício por ação	Quantidade de opções	Preço médio de exercício por ação
Saldo inicial	8.355.967	R\$ 11,80	3.336.737	R\$ 12,27
Outorgadas	10.397.847	R\$ 11,94	13.327.629	R\$ 10,48
Exercidas	(13.385.915)	R\$ 10,92	(8.284.498)	R\$ 10,97
Canceladas	(695.088)	R\$ 10,79	(23.911)	R\$ 11,74
Saldo final	4.672.811	R\$ 10,11	8.355.957	R\$ 11,80

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a despesa com os planos de opções totalizou em R\$78.520 e R\$122.696 na Controladora, respectivamente, e no Consolidado, totalizou R\$122.642 e R\$143.298, respectivamente. As despesas foram reconhecidas no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas", com a correspondente contrapartida em "Reserva de Capital".

b3. Ações em tesouraria:

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	31.12.17	
	Quantidade	R\$ mil
Saldo inicial	135.261.051	1.625.510
Recompra de ações	25.307.000	255.938
Remuneração com ações em tesouraria	(13.385.915)	(148.993)
Cancelamento de ações em tesouraria	(128.110.093)	(1.539.573)
Saldo final	19.072.043	192.882

b4. Transação de capital: vide base de elaboração e apresentação.

c. Reserva de reavaliação: Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

d. Reservas de lucro:

Legal: Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Reserva Estatutária para investimento: Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

e. Outros resultados abrangentes: Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

f. Não-controladores: O saldo representativo de não controladores em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 refere-se a participação em ações ordinárias de 21,4% e 21,5%, respectivamente, da PPC não detidos pela JBS USA, respectivamente. Os direitos de voto da JBS USA na PPC estão limitados a 78,6% do total. A PPC é uma das maiores empresas produtoras de frango do mundo, com operações nos Estados Unidos, México e Porto Rico. O lucro atribuído aos não-controladores da PPC nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$501.427 (US\$154.404) e R\$334.168 (US\$95.747), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a participação em não-controladores acumulados da PPC foi de R\$1,9 bilhões (US\$554.812) e R\$1,2 bilhões (US\$346.856), respectivamente. Abaixo estão as vendas líquidas totais de PPC, o lucro líquido, caixa gerado por operações, os ativos totais e passivos totais para os períodos indicados.

	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	34.968.720	27.680.522
LUCRO LÍQUIDO	2.255.651	1.534.704
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.602.296	2.636.722
	31.12.17	31.12.16
Total de ativos	20.670.541	9.803.790
Total de passivos	14.532.014	6.881.495

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

26 Receita líquida

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas de devolução em seus resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e características de cada contrato.

A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
RECEITA BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	16.028.043	19.105.400	123.583.051	128.268.827
Mercado externo	8.833.623	10.992.972	45.290.376	48.625.396
	24.861.666	30.098.372	168.873.427	176.894.223
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(887.033)	(1.018.549)	(3.696.953)	(3.787.058)
Impostos sobre as vendas	(601.325)	(1.354.042)	(2.006.493)	(2.726.639)
	(1.488.358)	(2.372.591)	(5.703.446)	(6.513.697)
RECEITA LÍQUIDA	23.373.308	27.725.781	163.169.981	170.380.526

27 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido inclui (i) juros sobre empréstimos e custos de captação; (ii) resultado das liquidações diárias dos contratos futuros usados para proteger os ativos e passivos, bem como o valor justo dos instrumentos derivativos demonstrados na nota 32; (iii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados de acordo com o método de juros efetivos; e (iv) ganhos e perdas associadas a operações denominadas em moeda estrangeira. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o resultado financeiro líquido consistia em:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(478.827)	3.246.004	(962.374)	3.958.769
Ajuste a valor justo de derivativos	8.696	(6.169.830)	28.585	(6.650.664)
Juros Passivos	(2.461.465)	(1.745.409)	(4.761.044)	(3.836.438)
Juros Ativos	664.202	1.313.607	258.012	518.359
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(64.370)	(130.058)	(158.505)	(301.335)
	(2.331.764)	(3.485.686)	(5.595.326)	(6.311.309)
Receita financeira	2.223.849	4.559.611	1.986.856	4.477.128
Despesa financeira	(4.555.613)	(8.045.297)	(7.582.182)	(10.788.437)
	(2.331.764)	(3.485.686)	(5.595.326)	(6.311.309)

28 Resultado por ação

Básico: O resultado por ação é calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluindo ações ordinárias adquiridas ou mantidas como ações em tesouraria (ações em milhares).

	2017	2016
		Reapresentado
Resultado atribuível aos acionistas	534.202	233.563
Média ponderada de ações do período	2.856.858	2.856.858
Média ponderada de ações em tesouraria	(28.170)	(134.768)
Média ponderada de ações em circulação	2.828.688	2.722.090
Lucro (prejuízo) por ação - Básico - (R\$)	0,19	0,09

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Diluído: O resultado por ação diluído é calculado através da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A partir de maio de 2015, a Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	2017	2016
		Reapresentado
Resultado atribuível aos acionistas	534.202	233.563
Média ponderada de ações em circulação	2.828.688	2.722.090
Efeito do prêmio de negociação com opções de ações	16.593	11.071
Média ponderada ações ordinárias (diluídas)	2.845.281	2.733.161
Lucro (prejuízo) por ação - Diluído - (R\$)	0,19	0,09

Em 31 de dezembro de 2017, 4.672.811 ações (8.355.957 ações em 31 de dezembro 2016) relativas ao plano de opções de ações em circulação não foram incluídas no cálculo de ações ordinárias diluídas em circulação a média ponderada, respectivamente.

29 Segmentos operacionais e informações por área geográfica

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob a ótica de produto comercializado. Os segmentos operacionais reportáveis são carne bovina, carne de frango, carne suína e outros.

Geograficamente a Companhia é segregada por Estados Unidos da América (inclui Austrália, Canadá e México), América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e outros (principalmente Europa). A administração local de cada região analisa os negócios sob a ótica dos produtos comercializados (carne bovina, carne de frango, carne suína e outros) e reporta seus resultados a Administração do grupo.

O segmento de carne bovina consiste no abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados produzidos no Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O segmento de carne de frango consiste na produção e comercialização de produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas principalmente nos Estados Unidos da América, México, Reino Unido e Brasil, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa, Ásia e outros mercados mundiais.

O segmento de carne suína consiste no abate de suínos, processamento, frigorificação, entrega de carnes "in natura" e produção de industrializados e subprodutos de mesma origem. As unidades produtivas estão situadas principalmente no Brasil e Estados Unidos da América, atendendo os mercados interno e externo. Os produtos também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como "Outros". Adicionalmente, todas as operações entre segmentos são eliminadas dentro do grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas nas demonstrações contábeis. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida, lucro operacional e depreciação.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 5% ou mais das receitas totais. A receita líquida apresentada abaixo pertence a clientes externos.

A rentabilidade do segmento revisada pela Diretoria Executiva é o lucro operacional, que não inclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou prejuízos de investidas no patrimônio líquido ou o imposto de renda. A Companhia gerencia seus empréstimos e financiamentos e impostos sobre o rendimento no nível corporativo e não por segmento. A informação por segmento operacional consolidado, são as seguintes:

Segmentos apresentados por modalidade de produto:

	Receitas líquidas		Lucro operacional ⁽¹⁾		Depreciação	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Segmentos						
Carne Bovina	90.671.084	97.465.177	2.611.143	1.344.954	1.198.298	1.219.300
Carne de Frango	41.298.302	42.225.552	3.772.818	2.875.074	2.389.343	2.401.824
Carne Suína	21.374.718	20.055.286	2.335.970	1.935.339	388.997	384.685
Outros	9.825.877	10.634.511	224.327	630.961	495.031	494.786
Total	163.169.981	170.380.526	8.944.258	6.786.328	4.471.669	4.500.595

Total de ativos por modalidade de produto:

	31.12.17	31.12.16
Total de ativos		
Carne Bovina	42.524.038	48.364.038
Carne de Frango	32.668.967	29.625.745
Carne Suína	11.690.139	10.584.684
Outros	21.812.807	14.241.296
Total	108.695.951	102.815.763

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A receita líquida, lucro operacional e depreciação e amortização são apresentadas abaixo, segregadas por área geográfica, apenas como informação adicional.

Abertura do resultado área geográfica:

	Receitas líquidas		Lucro operacional ⁽¹⁾		Depreciação	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Estados Unidos da América	117.437.396	115.072.788	9.080.417	4.956.866	2.511.335	2.456.300
América do Sul	40.919.995	46.358.905	(158.348)	1.593.028	1.811.383	1.703.515
Outros	4.812.590	8.948.833	22.189	236.434	148.951	340.780
Total	163.169.981	170.380.526	8.944.258	6.786.328	4.471.669	4.500.595

Total de ativos por área geográfica:

	31.12.17	31.12.16
Estados Unidos da América	55.179.005	38.581.759
América do Sul	51.697.100	58.102.290
Outros	1.819.846	6.131.714
Total	108.695.951	102.815.763

(1) - O lucro operacional é reconciliado com o lucro líquido consolidado conforme demonstrado abaixo:

	Lucro operacional	
	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo)	1.025.469	565.088
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	126.287	(274.263)
Resultado financeiro líquido	5.595.326	6.311.309
Resultado de equivalência patrimonial	(18.630)	(17.503)
Resultado operacional	6.728.452	6.584.631
Resultado pela adesão ao PERT	1.838.490	-
Parcelamento fiscal estadual	388.588	-
Outras despesas/receitas operacionais	116.937	56.142
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência	34.552	145.555
Resultado com programa de desinvestimento	(162.761)	-
Lucro operacional	8.944.258	6.786.328

30 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	Reapresentado		Reapresentado	
Depreciação e amortização	(776.207)	(696.880)	(4.471.669)	(4.500.595)
Despesas com pessoal	(2.342.675)	(2.365.854)	(19.425.944)	(19.500.411)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(20.497.194)	(23.396.567)	(128.755.835)	(138.398.081)
Perda de valor recuperável	-	(452.578)	-	(452.578)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	Reapresentado		Reapresentado	
Custo dos produtos vendidos	(19.616.009)	(22.072.243)	(139.397.749)	(149.066.700)
Despesas com vendas	(1.932.182)	(2.680.590)	(8.861.996)	(9.849.683)
Despesas gerais e administrativas	(4.707.600)	(2.180.187)	(8.216.252)	(5.006.818)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a JBS S.A. e a Seara Alimentos, tem o Limite Máximo Individual - LMI de cobertura era R\$150.000 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2016). Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a controlada JBS USA, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para de R\$1,6 bilhões (US\$500.000) em 31 de dezembro de 2017 (R\$1,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016).

As premissas de riscos adotados, dadas suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente não foram revisadas pelos auditores.

32 Instrumentos financeiros e gestão de riscos:

A Companhia utiliza a mensuração apresentada na nota 3 a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
CDB e títulos públicos	5	1.064.084	2.688.392	5.856.502	3.746.700
Derivativos a receber	32	-	-	30.760	38.250
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e bancos	5	1.074.718	2.024.404	5.884.806	5.608.922
Contas a receber de clientes	6	2.302.913	2.767.655	9.333.291	9.589.185
Créditos com empresas ligadas	11	5.059.258	5.377.944	897.535	1.315.526
Total		9.500.973	12.858.395	22.002.894	20.298.583
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	17	(20.057.355)	(26.302.412)	(57.024.651)	(56.260.414)
Fornecedores	16	(2.029.104)	(2.050.265)	(9.992.778)	(10.716.987)
Débitos com empresas ligadas	11	(3.018.787)	(146.391)	-	-
Compromissos com terceiros para investimentos	22	(32.486)	(39.086)	(113.024)	(263.259)
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar	32	(10)	-	(118.684)	(133.125)
Total		(25.137.742)	(28.538.154)	(67.249.137)	(67.373.785)

Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

a. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado:

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Controladora e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

		Controladora							
		Ativos circulantes							
		Títulos públicos		CDB					
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16				
Nível 1		708.406	34.027	-	-				
Nível 2		-	-	355.678	2.654.365				
		Consolidado							
		Ativos circulantes				Passivos circulantes			
		Títulos públicos		CDB		Derivativos a receber		Derivativos a pagar	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Nível 1		708.406	34.027	-	-	-	-	-	-
Nível 2		-	-	5.148.096	3.712.673	30.760	38.250	(118.684)	(133.125)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

b. Valor justo dos empréstimos e financiamentos:

O cálculo do valor justo é feito para os empréstimos relacionados às Notas emitidas sob as Regras 144 A e Reg S., considerando que há um mercado ativo para esses instrumentos financeiros. Para este cálculo, a Companhia utilizou o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por agências de notícias financeiras em 31 de dezembro de 2017. O valor contábil dos empréstimos restantes de taxa fixa se aproxima do valor justo, considerando que as taxas de juros de mercado, a qualidade do crédito da Companhia e outros fatores de mercado não mudaram significativamente desde a captação. O valor contábil dos empréstimos com taxa variável se aproxima do valor justo, pois as taxas se ajustam às variações de mercado e a qualidade do crédito da Companhia não alterou substancialmente. Para todos os outros ativos e passivos financeiros, o valor contábil se aproxima do valor justo devido a curta duração dos instrumentos financeiros. A seguir, apresentamos os detalhes dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Controladora						Consolidado					
	31.12.17			31.12.16			31.12.17			31.12.16		
	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal
JBS S.A. Notas 2020	3.308.000	102,37	3.386.400	3.259.100	106,51	3.471.267	3.308.000	102,37	3.386.400	3.259.100	106,51	3.471.267
JBS S.A. Notas 2023	2.563.700	95,43	2.446.539	2.525.803	100,97	2.550.303	2.563.700	95,43	2.446.539	2.525.803	100,97	2.550.303
JBS S.A. Notas 2024	2.481.000	99,02	2.456.686	2.444.325	105,40	2.576.319	2.481.000	99,02	2.456.686	2.444.325	105,40	2.576.319
JBS Lux Notas 2020	-	-	-	-	-	-	2.315.600	102,30	2.368.859	2.281.370	106,38	2.426.921
JBS Lux Notas 2021	-	-	-	-	-	-	3.804.200	102,50	3.899.305	3.747.965	104,25	3.907.254
JBS Lux Notas 2024	-	-	-	-	-	-	2.481.000	99,75	2.474.798	2.444.325	102,25	2.499.322
JBS Lux Notas 2025	-	-	-	-	-	-	2.977.200	97,00	2.887.884	2.933.190	101,89	2.988.627
PPC Notas 2025	-	-	-	-	-	-	2.481.000	103,25	2.561.633	1.629.550	100,68	1.640.631
PPC Notas 2027	-	-	-	-	-	-	1.984.800	103,18	2.047.917	-	-	-
Moy Park	-	-	-	-	-	-	1.334.593	103,04	1.375.165	1.210.920	105,40	1.276.310
	8.352.700		8.289.625	8.229.228		8.597.889	25.731.093		25.905.186	22.476.548		23.336.954

c. Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor justo por meio do resultado	82.020	(6.116.325)	4.195	(6.634.423)
Empréstimos e recebíveis	262.340	(319.389)	(547.147)	(1.522.616)
Passivos pelo custo amortizado	(2.676.124)	3.080.386	(5.052.378)	2.009.695
Outros	-	(130.058)	-	(163.965)
Total	(2.331.764)	(3.485.386)	(5.595.330)	(6.311.309)

Gestão de riscos:

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Comissão de Gestão de Riscos para posterior envio ao Conselho de Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A seguir são apresentados os riscos e operações em que a Companhia está exposta no corrente período. Adicionalmente, também é apresentada a análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no Resultado Financeiro quando de possíveis alterações, de 25% a 50%, nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a. Risco de mercado:

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Conselho de Administração.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e verificando o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a BM&FBovespa e Bolsa de Chicago (Chicago Mercantile Exchange).

a.1 Risco da taxa de juros:

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
Nota de crédito - Exportação	(1.345.507)	(2.253.267)	(2.246.775)	(3.137.826)
Partes relacionadas	4.609.671	5.356.343	-	-
CDB-DI	355.678	2.654.365	1.268.286	2.801.719
Títulos Públicos	708.406	34.027	708.406	34.027
Total	4.328.248	5.791.468	(270.083)	(302.080)
Exposição de passivos à taxa EURIBOR:				
Capital de giro - Euros	(77.005)	(79.757)	(178.357)	(282.644)
FINIMP	(600)	(1.042)	(6.376)	(36.373)
Nota de crédito - Importação	-	-	(7.804)	-
Outros	-	-	(6.004)	-
Total	(77.605)	(80.799)	(198.541)	(319.017)
Exposição de passivos à taxa LIBOR:				
Capital de giro - Dólares Americanos	-	-	(124.067)	(349.666)
Pré-pagamento	(6.183.791)	(8.451.688)	(8.133.841)	(11.181.990)
Nota de crédito - importação	-	-	(278.298)	-
FINIMP	-	-	(13.964)	-
ACC - Adto. de contrato de câmbio	-	-	(198)	-
Outros	-	-	(31.724)	(62.170)
Total	(6.183.791)	(8.451.688)	(8.582.092)	(11.593.826)
Exposição de passivos à taxa TJLP:				
FINAME	(118.308)	(224.355)	(149.039)	(232.384)
Capital de giro - Reais	(15.635)	-	(29.461)	(232.384)
Total	(133.943)	(224.355)	(178.500)	(464.768)
Exposição de passivos à UMBNDES:				
CCB - BNDES	-	-	(22.003)	(16.873)
Total	-	-	(22.003)	(16.873)

A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Análise de sensibilidade:

Exposição de contratos	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia				Cenário (II) Variação da taxa em 25%				Cenário (III) Variação da taxa em 50%			
			Taxa	Efeito no resultado		Taxa	Efeito no resultado		Taxa	Efeito no resultado		Taxa	Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
CDI	Aumento	6,8900%	6,9444%	2.355	(147)	8,6125%	74.554	(4.652)	10,3350%	149.108	(9.304)			
Euribor	Aumento	(0,1860)%	(0,1860)%	-	-	(0,1395)%	(36)	(92)	(0,0930)%	(72)	(185)			
Libor	Aumento	2,1070%	2,1073%	(19)	(26)	2,6337%	(32.570)	(45.202)	3,1605%	(65.146)	(90.412)			
TJLP	Aumento	7,0000%	7,0013%	(2)	(2)	8,7500%	(2.344)	(3.124)	10,5000%	(4.688)	(6.248)			
UMBNDES	Aumento	0,0646	0,0658	-	(409)	0,0807	-	(5.484)	0,0969	-	(10.990)			
				2.334	(584)		39.604	(58.554)		79.202	(117.139)			

a.2 Risco da variação cambial:

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), DFs (Deliverable Forwards), contratos de opicionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps), visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Controladora. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Dólar Canadense (C\$), Euro (€), Libra Esterlina (£) e Dólar Australiano (AUD). No Consolidado, a Companhia divulga de forma combinada a sua exposição em relação a cada indexador com base na moeda funcional de cada país, ressaltando as operações das controladas da JBS USA indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), na Austrália, cuja moeda funcional é o Dólar Australiano (AUD).

O valor contábil dos ativos e passivos e outras posições expostas ao risco de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são apresentados abaixo em conjunto com o notional dos contratos de derivativos destinados a reduzir a exposição de acordo com a Política de Gestão de Riscos e de Commodities. A exposição é em relação ao Real.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

a.2.1 EXPOSIÇÃO ao US\$ (Dólar americano):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	1.032.719	395.439	1.614.777	1.808.879
Contas a receber	1.545.762	2.470.015	3.072.269	3.767.808
Pedidos de venda	1.179.665	1.061.918	2.867.967	1.941.230
Fornecedores	(37.854)	(142.403)	(77.508)	(214.131)
Pedidos de compra	-	-	(67.668)	(32.733)
Subtotal	3.720.292	3.784.969	7.409.837	7.271.053
FINANCEIRO				
Partes relacionadas (net)	(2.572.041)	(42.545)	(4.786.741)	(2.050.335)
Dívida líquida em controladas no exterior	(24.170.798)	(20.493.716)	(24.170.798)	(20.493.716)
Empréstimos e financiamentos	(18.355.634)	(23.631.673)	(22.231.204)	(26.927.290)
Subtotal	(45.098.473)	(44.167.934)	(51.188.743)	(49.471.341)
Total da exposição	(41.378.181)	(40.382.965)	(43.778.906)	(42.200.288)
DERIVATIVOS				
Deliverable Forwards (DF's)	-	-	(18.237)	162.248
Non Deliverable Forwards (NDF's)	-	-	2.577	-
Total dos derivativos	-	-	(15.660)	162.248
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(41.378.181)	(40.382.965)	(43.794.566)	(42.038.040)

Análise de sensibilidade:

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
			Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	3,3080	3,3682	67.703	134.846	4,1350	930.073	1.852.459	4,9620	1.860.146	3.704.919
Financeira	Depreciação	3,3080	3,3682	(380.848)	(491.681)	4,1350	(5.231.919)	(6.754.486)	4,9620	(10.463.838)	(13.508.973)
Derivativos de proteção cambial	Depreciação	3,3080	3,3682	-	(285)	4,1350	-	(3.915)	4,9620	-	(7.830)
				(313.145)	(357.120)		(4.301.846)	(4.905.942)		(8.603.692)	(9.811.884)
Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
			Câmbio	Efeito no patrimônio líquido		Câmbio	Efeito no patrimônio líquido		Câmbio	Efeito no patrimônio líquido	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Dívida líquida em controladas no exterior	Depreciação	3,3080	3,3682	(439.868)	(439.868)	4,1350	(6.042.700)	(6.042.700)	4,9620	(12.085.399)	(12.085.399)
				(439.868)	(439.868)		(6.042.700)	(6.042.700)		(12.085.399)	(12.085.399)

Para fins de proteção cambial a Companhia inclui em sua exposição a dívida líquida de controladas no exterior. Embora essas dívidas não gerem exposição cambial no resultado da Companhia (por estarem no exterior, e na moeda funcional de cada país), essas dívidas na consolidação sofrem efeito do câmbio, impactando o patrimônio líquido como variação cambial de investimento, influenciando o endividamento consolidado da Companhia, e consequentemente os indicadores de alavancagem.

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado		
			31.12.17		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Non Deliverable Forwards	Dólar Americano	Compra	779	2.577	(20)
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado		
			31.12.17		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Americano	Venda	(5.513)	(18.237)	(2.316)
			49.783	162.248	2.933

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

a.2.2 EXPOSIÇÃO ao C\$ (Dólar Canadense):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL				
Contas a receber	5.496	4.423	5.496	9.960
Pedidos de venda	20.568	12.537	20.568	12.537
Fornecedores	-	-	-	(163)
Subtotal	26.064	16.960	26.064	22.334
Total da exposição	26.064	16.960	26.064	22.334
DERIVATIVOS				
Deliverable Forwards (DF's)	-	-	6.864	57.911
Total dos derivativos	-	-	6.864	57.911
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	26.064	16.960	32.928	80.245

Análise de sensibilidade:

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
			Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	2,6344	2,5802	(536)	(536)	1,9758	(6.516)	(6.516)	1,3172	(13.032)	(13.032)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	2,6344	2,5802	-	(141)	1,9758	-	(1.716)	1,3172	-	(3.432)
				(536)	(677)		(6.516)	(8.232)		(13.032)	(16.464)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (CAD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (CAD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Canadense	Compra	2.606	6.864	(409)	23.873	57.911	531

a.2.3 EXPOSIÇÃO ao € (EURO):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	12.388	24.716	38.285	38.726
Contas a receber	105.726	235.103	227.215	336.522
Pedidos de venda	219.001	188.615	432.811	363.405
Fornecedores	(23.919)	(36.694)	(65.308)	(55.700)
Pedidos de compra	-	-	(16.056)	(21.221)
Subtotal	313.196	411.740	616.947	661.732
FINANCEIRO				
Partes relacionadas (net)	2.275	(82.245)	2.275	(85.664)
Empréstimos e financiamentos	(77.605)	-	(83.444)	(6.675)
Subtotal	(75.330)	(82.245)	(81.169)	(92.339)
Total da exposição	237.866	329.495	535.778	569.393
DERIVATIVOS				
Deliverable Forwards (DF's)	-	-	(107.603)	53.032
Non Deliverable Forwards (NDFs)	-	-	(26.811)	9.360
Total dos derivativos	-	-	(134.414)	62.392
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	237.866	329.495	401.364	631.785

Análise de sensibilidade:

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%		
			Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	3,9693	3,8875	(6.454)	(12.714)	2,977	(78.297)	(154.233)	1,9847	(156.594)	(308.466)
Financeira	Depreciação	3,9693	3,8875	1.552	1.673	2,977	18.832	20.292	1,9847	37.664	40.583
Derivativos de proteção cambial	Depreciação	3,9693	3,8875	-	2.770	2,977	-	33.603	1,9847	-	67.205
				(4.902)	(8.271)		(59.465)	(100.338)		(118.930)	(200.678)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Euro	Venda	(27.109)	(107.603)	275	15.423	53.032	(2.027)

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo
Non Deliverable Forwards	Euro	Venda	(6.755)	(26.811)	(40)	2.698	9.360	1.187

a.2.4 EXPOSIÇÃO à £ (Libras Esterlinas):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	161	-	462	99
Contas a receber	56.933	49.675	82.550	69.733
Pedidos de venda	117.525	50.429	117.525	55.093
Fornecedores	-	-	(33.398)	(15.821)
Subtotal	174.619	100.104	167.139	109.104
Total da exposição	174.619	100.104	167.139	109.104
DERIVATIVOS				
Deliverable Forwards (DF's)	-	-	(48.006)	(46.833)
Non Deliverable Forwards (NDF's)	-	-	(101.873)	(44.477)
Total dos derivativos	-	-	(149.879)	(91.310)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	174.619	100.104	17.260	17.794

Análise de sensibilidade:

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia				Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%				Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%			
			Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	4,4714	4,3734	(3.827)	(3.663)	3,3536	(43.653)	(41.783)	2,2357	(87.310)	(83.570)			
Derivativos de proteção cambial	Depreciação	4,4714	4,3734	-	3.285	3,3536	-	37.468	2,2357	-	74.940			
				(3.827)	(378)		(43.653)	(4.315)		(87.310)	(8.630)			

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(10.736)	(48.006)	569	(11.603)	(46.833)	362

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.17			31.12.16		
			Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Non Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(22.783)	(101.873)	(486)	(11.019)	(44.477)	-

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

a.2.5 EXPOSIÇÃO em MXN (Peso Mexicano):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16 (*)	31.12.17	31.12.16 (*)
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes	-	-	168.119	42.724
Contas a receber	-	-	272.930	201.582
Fornecedores	-	-	(240.885)	(145.128)
Ativos biológicos	-	-	49.243	122.780
Estoques	-	-	471.430	369.755
Impostos a recuperar	-	-	81.602	101.035
Depósitos judiciais	-	-	3.890	1.115
Outros ativos	-	-	69.276	6.075
Despesas antecipadas	-	-	4.340	4.621
Obrigações fiscais e trabalhistas circulante	-	-	(76.990)	(62.523)
Obrigações fiscais e trabalhistas não circulante	-	-	(28.264)	(23.283)
Subtotal	-	-	774.691	618.753
FINANCEIRO				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(254.233)	(75.992)
Subtotal	-	-	(254.233)	(75.992)
Total da exposição	-	-	520.458	542.761
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	-	-	520.458	542.761

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a exposição em Peso Mexicano (MXN) não era relevante e não foi apresentada, tornando-se relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As informações de 2016 são apresentadas para fins de comparabilidade.

Análise de sensibilidade:

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia				Cenário (ii) Variação do câmbio em 25%				Cenário (iii) Variação do câmbio em 50%			
			Câmbio	Efeito no resultado			Câmbio	Efeito no resultado			Câmbio	Efeito no resultado		
				Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado	
Operacional	Apreciação	0,1681	0,1647	-	(15.669)		0,1261	-	(193.558)		0,0841	-	(387.115)	
Financeira	Depreciação	0,1681	0,1647	-	5.142		0,1261	-	63.520		0,0841	-	127.041	
				-	(10.527)			-	(130.038)			-	(260.074)	

A Companhia possui exposições de menor representatividade cujo o saldo de derivativos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.492 e (R\$1.662 em 31 de dezembro de 2016 de derivativos a receber).

b. Risco de preços de commodities:

A Companhia atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições.

Parte significativa dos insumos da Companhia são ativos biológicos. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, a Companhia utiliza contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, a Companhia utiliza instrumentos derivativos para mitigar exposições específicas, principalmente os contratos futuros, para mitigar o impacto da flutuação do preço - nos estoques e contratos de venda. A Companhia julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

b.1 Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (boi) da Controladora:

O ramo de atuação da Controladora está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. As compras a termo de gado podem ser negociadas com preço em aberto (preços marcados ao preço atual no dia de entrega) ou preços fixos. A Companhia pode utilizar contratos futuros negociados na BM&FBovespa para equilibrar as exposições.

Os fatores que influenciam a estratégia de redução de risco do preço de commodities são os prazos dos contratos a termo para compras de gado, considerando todos os valores e prazos negociados.

A exposição da Companhia às flutuações de preços de gado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição em cada período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (boi)	31.12.17	31.12.16
Contratos firmes de compra de boi	26.306	1.353
Subtotal	26.306	1.353
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(23.666)	-
Subtotal	(23.666)	-
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	2.640	1.353

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Preço atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da @ em 25%		Cenário (III) Variação da @ em 50%	
			Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
				Controladora		Controladora		Controladora
Operacional	Depreciação	146,00	142,82	(573)	109,50	(6.577)	73,00	(13.153)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	146,00	142,82	515	109,50	5.917	73,00	11.833
				<u>(58)</u>		<u>(660)</u>		<u>(1.320)</u>

b.2 Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (grãos) da Seara Alimentos:

O ramo de atuação da Seara Alimentos está exposto à volatilidade dos preços de grãos, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Seara Alimentos, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque, iniciou a estratégia de gestão de risco de preço de grãos atuando no controle físico, que inclui expectativas de consumo futuro, compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, através da contratação de hedge de futuro de grãos na BM&F, CME e no mercado de balcão, através de NDFs (Non-Deliverable Forwards), visando garantir o preço de mercado.

Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de grãos da Seara Alimentos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (Grãos):	Seara Alimentos	
	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL		
Pedidos de compras	61.239	-
Subtotal	61.239	-
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(3.978)	(34.520)
Subtotal	(3.978)	(34.520)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	57.261	(34.520)

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
			Seara Alimentos		Seara Alimentos		Seara Alimentos
Operacional	Depreciação	(2,50)%	(1.531)	(25,00)%	(15.310)	(50,00)%	(30.620)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	(2,50)%	99	(25,00)%	995	(50,00)%	1.989
			<u>(1.432)</u>		<u>(14.315)</u>		<u>(28.631)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.17			31.12.16		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro BM&F	Commodities (Grãos)	Venda	1.597	(3.978)	(631)	5.096	(34.520)	(170)

b.3 Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da JBS USA:

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de "commodities" da subsidiária integral JBS USA em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

EXPOSIÇÃO em Commodities:	JBS USA	
	31.12.17	31.12.16
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra	10.078.159	8.812.593
Subtotal	10.078.159	8.812.593
DERIVATIVOS		
Deliverable Forwards	(4.749.990)	(3.248.775)
Subtotal	(4.749.990)	(3.248.775)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	5.328.169	5.563.818

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
			JBS USA		JBS USA		JBS USA
Operacional	Depreciação	(1,85)%	(186.446)	(25,00)%	(2.519.540)	(50,00)%	(5.039.080)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	(1,85)%	87.875	(25,00)%	1.187.498	(50,00)%	2.374.995
			(98.571)		(1.332.042)		(2.664.085)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.17			31.12.16		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro BM&F	Commodities (Boi)	Venda	480	(23.666)	(10)	-	-	-

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.17			31.12.16		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Commodities (Boi)	Venda	(1.435.910)	(4.749.990)	(86.375)	(996.832)	(3.248.775)	(99.360)

c. Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
AAA	2,00%	5 anos
AA	1,00%	3 anos
A	0,50%	2 anos
BBB	0,25%	1 ano

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.138.802	4.712.796	11.741.308	9.355.622
Contas a receber de clientes	6	2.302.913	2.767.655	9.333.291	9.589.185
Créditos com empresas ligadas	11	5.059.258	5.377.944	897.535	1.315.526
		9.500.973	12.858.395	21.972.134	20.260.333

d. Risco de liquidez:

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá ter em cumprir as suas obrigações financeiras vencidas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez seca, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.17	31.12.16
Caixa e equivalentes de caixa	11.741.308	9.355.622
Empréstimos e financiamentos no CP	(13.526.051)	(18.148.818)
Indicador de liquidez seca	(0,87)	0,52
Indicador de alavancagem (*)	3,38 x	4,1 x

(*) Para o cálculo da alavancagem é utilizada a taxa de conversão da cotação do último dia do período. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Controladora									
	31.12.17					31.12.16				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.029.104	-	-	-	2.029.104	2.050.265	-	-	-	2.050.265
Débitos com empresas ligadas	-	-	-	3.018.825	3.018.825	-	-	-	146.391	146.391
Empréstimos e financiamentos	8.223.197	4.986.261	1.721.616	5.126.282	20.057.355	12.281.028	2.255.450	5.090.070	6.675.864	26.302.412
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	949.268	1.402.287	724.651	246.329	3.322.535	1.324.128	1.690.250	1.033.864	755.681	4.803.923
Passivo (Ativos) financeiros derivativos	10	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Compromissos com terceiros	7.659	13.200	11.550	77	32.486	7.659	13.200	13.200	5.027	39.086

	Consolidado									
	31.12.17					31.12.16				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	9.992.778	-	-	-	9.992.778	10.716.987	-	-	-	10.716.987
Empréstimos e financiamentos	13.526.051	10.339.616	18.129.338	15.029.646	57.024.651	18.148.818	5.303.832	15.496.959	17.310.805	56.260.414
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	2.743.687	4.535.767	2.878.624	1.918.143	12.076.221	2.871.135	4.169.362	2.806.562	2.166.602	12.013.661
Passivo (Ativos) financeiros derivativos	118.684	-	-	-	118.684	133.125	-	-	-	133.125
Compromissos com terceiros	73.156	28.241	11.550	77	113.024	161.114	83.918	13.200	5.027	263.259

⁽¹⁾ Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A Controladora possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto a bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$54.389 (R\$33.630 em 31 de dezembro de 2016). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta JBS USA e suas controladas, possuem títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$353.625 (R\$254.862 em 31 de dezembro de 2016). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Outras garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente na nota explicativa de Empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

33 Aprovação das demonstrações contábeis**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente do Conselho:	Jeremiah O'Callaghan
Vice-Presidente:	José Batista Sobrinho
Membro do Conselho:	Aguinaldo Gomes Ramos Filho
Membro do Conselho:	Gilberto Meirelles Xandó Baptista
Membro do Conselho:	Wesley Mendonça Batista Filho
Conselheiro Independente:	José Gerardo Grossi
Conselheiro Independente:	Sérgio Roberto Waldrich
Conselheiro Independente:	Cledorvino Belini
Conselheiro Independente:	Roberto Penteado de Camargo Ticoulat

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossa revisão compreendeu: a. análise das demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia; b. acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos por meio de indagações e discussões; e c. indagações sobre os atos e as transações relevantes efetuadas pelos Administradores da Companhia.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal não teve conhecimento de nenhum fato adicional que leve a acreditar que as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas, e que estão em condições de serem divulgadas pela Companhia, exceto pelos efeitos não conhecidos, se houver, dos assuntos mencionados na seção intitulada "Base para opinião com ressalva" do relatório dos Auditores Independentes, relativos (i) ao Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente e (ii) à Auditoria Independente da Seara Alimentos Ltda.

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho:	Adrian Lima da Hora
Membro do Conselho:	José Paulo da Silva Filho
Membro do Conselho:	Demetrius Nichele Macei
Membro do Conselho:	Francisco Vicente Santana Silva Telles

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente do Comitê:	Sérgio Roberto Waldrich
Membro do Comitê:	Gilberto Meirelles Xandó Baptista
Membro do Comitê:	Paulo Sérgio Dortas

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Diretor Presidente:	José Batista Sobrinho
Diretor de Administração e Controle:	Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Relações com Investidores:	Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor:	Wesley Mendonça Batista Filho

Contador: Agnaldo dos Santos Moreira Jr. (CRC SP: 244207/O-4)

* * * * *